

3M
90



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

Número 64

A CASA BARÃO DE MELGAÇO



IHGMT/Cuiabá
2006

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

A CASA BARÃO DE MELGAÇO

Nº 64



1919

Cuiabá/2006

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

Presidente

João Carlos Vicente Pereira

A CASA BARÃO DE MELGAÇO

Nº 64



1919

Cuiabá/2006

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso / Instituto
Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 64. Cuiabá, 2006

96 p. : 16 cm.

Annual

Inclui bibliografia, índice e ilustração

ISSN 1677-0897

1. Casa Barão de Melgaço
2. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

CDD 981.72

Editoração

Rinaldo Araújo de Almeida

Impressão e Acabamento

Gráfica Print

Revisão

Comissão Editorial do IHGMT

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

DIRETORIA

Presidente de Honra

Blairo Borges Maggi

Presidente

João Carlos Vicente Ferreira

1ª Vice-Presidente

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa

2ª. Vice-Presidente

Isis Catarina Martins Brandão

1ª Secretária

Nilza Queiroz Freire

2ª Secretária

Elizabeth Madureira Siqueira

1º Tesoureiro

Aníbal Alencastro

2º Tesoureiro

Benedito Pinheiro de Campos

Orador Oficial

Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Fiscal

Weller Marcos da Silva

Aecim Tocantins

Domingos Iglesias Valério

Curadora do Museu e Arquivo

Elizabeth Madureira Siqueira

Coordenador das Publicações Avulsas

Paulo Pitaluga Costa e Silva

INSTITUTO DE HISTÓRIA
DE MATO GROSSO

Conselho Editorial

Sônia Regina Romancini
Suíse Monteiro Leon Bordest
Elizabeth Madureira Siqueira
Weller Marcos da Silva

IHGMT

Rua Barão de Melgaço 3.869 (Centro)

Cuiabá / MT

(65) 3624-2029 (65) 3624-6782

www.ihgmt.org.br

SUMÁRIO

Biografia do Barão de Melgaço	13
<i>Estevão de Mendonça</i>	
Uma Casa dos Tempos Coloniais	19
<i>Moacyr Freitas</i>	
Casa Barão de Melgaço: patrimônio cultural e potencialidade turística no Centro Histórico de Cuiabá	27
<i>Sônia Regina Romancini e Suíse Monteiro Leon Bordest</i>	
Índios e Acervos: uma viagem etnográfica	41
<i>Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa</i>	
A Casa Barão de Melgaço vista por dentro	75
<i>Elizabeth Madureira Siqueira</i>	

APRESENTAÇÃO

O ano de 2006 marcou a restauração e revitalização da Casa Barão de Melgaço, instituição centenária e que abriga o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, criado em 1919, e a Academia Mato-Grossense de Letras, instituída no ano de 1921.

Residência construída por Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, o imóvel foi doado pelos herdeiros e incorporado ao patrimônio do governo estadual, que destinou ao Instituto Histórico e à Academia Mato-Grossense de Letras, o seu uso, enquanto as mesmas existirem.

Ao longo dos tempos, essa histórica residência sofreu deterioração física que chegou a comprometer a estrutura da Casa. Em 2006, integrando um projeto mais amplo de revitalização do Centro Histórico de Cuiabá, o Governador Blairo Borges Maggi, através da Secretaria de Estado de Cultura, na pessoa do Sr. João Carlos Vicente Ferreira, tomou para si o compromisso de restaurar a Casa Barão de Melgaço, salvando esse importante patrimônio arquitetônico. Mas não só isso. Além da restauração, foi desencadeado um trabalho de revitalização de seu espaço, tanto interno quanto externo, de maneira a oferecer ao público a oportunidade de visitar a antiga residência, apreciando seu restauro, mas também usufruir de sua área externa e salão lateral de festas.

No dia da reinauguração, o Governador Blairo Borges Maggi foi saudado pelos membros da Casa Barão de Melgaço que agradeceram o empenho do governo, assim como mereceu palavras elogiosas da Universidade Federal de Mato Grosso, que cedeu parte da área que historicamente lhe pertencia, visto ter sido ali erguida a antiga Faculdade de Direito.

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, a mais antiga instituição cultural viva de Mato Grosso, em homenagem a este histórico momento, dedica sua revista de 2006 à Casa Barão de Melgaço.

A Comissão Editorial

BIOGRAFIA DE AUGUSTO LEVERGER BARÃO DE MELGAÇO

*(Trecho da obra "Datas Mato-grossenses",
escrita por Estevão de Mendonça, 1919, v. 1, p. 40-45)*

14 DE JANEIRO

1880 - Falece em Cuiabá o almirante Augusto Leverger, Barão de Melgaço. Cerrou os olhos para sempre cercado pela estima e veneração do povo mato-grossense, ao qual prestou relevantes serviços, na guerra como na paz, no repouso como na hora do perigo.

Teve por berço Saint-Malô, cantinho da velha Bretanha (França), ninho agreste de onde também desprenderam vôos Cartier e Sourcouf, e aos seus primeiros vagidos, às primeiras carícias recebidas como primogênito, responderam os estalidos das vagas alterosas, sacudidas pela ventania que açoitava pelo mar afora.

Ali, sobre o rochedo de granito da terra natal, passou Leverger a sua meninice, tendo diante dos olhos a amplidão das águas, grandioso panorama que veio exercer influência direta no seu destino, arrastando-o muito moço ainda para a vida do mar, do mesmo modo que as virtudes e ensinamentos paternos firmaram-lhe na alma a rigidez de caráter e a fulguração de espírito que o sagraram benemérito.

Fazendo-se marinheiro aos dezesseis anos de idade, em janeiro de 1820 embarcava na escuna francesa *Angélique*, na qualidade de segundo comandante, e foi no manejo dessa nau, em demorada travessia pelo Atlântico, que os seus conhecimentos profissionais se acentuaram. Passando logo para a galera *General Lecor*, transformada em paquete a serviço do governo de Montevidéu, nela permaneceu por algum tempo, dedicando-se então ao estudo hidrográfico do estuário do Prata.

A sua carreira propriamente militar foi iniciada em 1824, época em que entrou para a marinha brasileira, com as honras de 2º tenente em comissão, sendo no ano imediato confirmado naquela patente e mandado servir na fragata *Niterói*. A partir de então definitivamente se resolve a ficar no Brasil, a terra que para Leverger possuiu sempre encantos sem par e à qual serviu com dedicação e lealdade, por espaço maior de meio século.

Tomou parte ativa na campanha do Prata, salientando-se em cinco dos principais combates. A galhardia com que se conduziu motivou-lhe a promoção ao posto de 1º tenente, dada pelo comandante da esquadra em operação e confirmada pelo governo imperial. Durante aquele período serviu respectivamente nas fragatas *Niterói*, *Príncipe Imperial* e *Piranga*; e como comandante da bombardeira *Dezenove de Outubro*, mostrou-se o mais destemido no encontro com o corsário argentino *General Branezer*, que atacou e reduziu a silêncio.

Foi durante a sua permanência no Prata, escolhida convivência do almirante Norton, ao contato assíduo de uma plêiade de camaradas ilustres - William Mac Erving, Cecil Browning, John Williams, Thomas Craig e outros - que o espírito de Leverger se desenvolveu e solidificou. Em 1829, comandando a corveta *General Dorrego* regressou ao Rio de Janeiro; e nesse mesmo ano recebeu do governo a incumbência de construir e preparar em Mato Grosso uma esquadilha de chalupas canhoieras destinadas à defesa da fronteira do baixo Paraguai, na conformidade do plano anteriormente delineado pelo capitão-general João Carlos Augusto d'Oeunhausen de Gravenberg.

Partindo nos últimos dias de 1829 com destino a Santos, e dali a São Paulo, após cinco meses de demora em Porto Feliz, deu início a longa e embaraçosa viagem praticada pela via fluvial do Tietê e rio Pardo, até Camapuã, Taquari e Paraguai, e a 23 de novembro de 1830 aportava em Cuiabá, depois de haver transposto 530 léguas e vencido 114 cachoeiras.

Permaneceu Leverger em Cuiabá até março de 1834, lastimando, como diz, “que a sua comissão fosse uma legítima e fastidiosa sinecura”. A semelhante situação se opunham os impulsos de um temperamento voltado ao trabalho, e por isso lealmente comunicara desde logo ao ministro da marinha a inutilidade do seu encargo.

Regressando ao Rio de Janeiro, num período de agitações e incertezas, em que as classes armadas se entregavam aos mais desenfreados manejos políticos, julgou que o momento lhe ditava um afastamento temporário. Por isso requereu e obteve um ano de licença, que por aviso de 14 de abril de 1836, foi prorrogado por mais seus meses.

Ainda no gozo de tal prorrogação, recebeu, com surpresa, mas sem articular uma queixa, nem levantar reclamação, o decreto que o reformava no posto de 1º tenente, com exclusão do respectivo soldo. Solicitados novamente os seus serviços, para desempenho de importante comissão em Mato Grosso, e ainda em meio da viagem para Cuiabá, recebia o decreto de promoção a capitão-tenente, com as vantagens correspondentes. Aceitou os benefícios da Antigüidade, mas desistiu dos proventos pecuniários.

Recebido com alvoroço em Cuiabá, onde só havia conquistado afeições, cuidou sem tardança, embora lutando com embaraços de toda classe, de organizar o departamento do Trem Naval, mais tarde aparelhado com melhores elementos e transformado em Arsenal de Marinha. À frente dessa repartição conservou-se Leverger até 1841, quando foi distinguido pelo governo imperial com a nomeação de cônsul geral do Brasil na República do Paraguai.

Os numerosos trabalhos que até então havia executado, a despeito mesmo, de pouco vulgarizados em consequência da sua extremada modéstia, e outros de caráter reservado, haviam-lhe granjeado a estima dos dirigentes da nossa diplomacia, e conquistado para o seu nome sólida reputação científica.

Promovido a capitão de fragata por decreto de 23 de julho de 1842, e a capitão de mar e guerra em 1852, dois anos depois cingiam-lhe os punhos os bordados de chefe de divisão. Em 1857, ainda no vigor dos anos, pediu e alcançou reforma no posto de chefe de esquadra, dando assim por terminada a sua carreira militar, tão brilhante quanto cheia de lances patrióticos e de exemplos fecundos.

Fato digno de menção é a relativa facilidade com que Leverger se adaptou ao meio provinciano. Para isso concorreram fatores múltiplos, preponderando, porém, entre tais fatores a singeleza dos hábitos locais, e a acentuada tendência do seu espírito para o isolamento e para a quietude.

Concorciando-se em 1842 com D. Inês de Almeida Leite, a quem dedicava afeto profundo, ficou o ilustre marinheiro desde então definitivamente preso à cidade de Cuiabá, onde para empregar a sua frase, aliás bastante expressiva - "lançou âncoras para sempre". A partir dessa época, não mais pensou em arredar-se da modesta vivenda que adquirira, à rua do Campo, a mesma em que veio a falecer.

Ali, ao lado dos livros prediletos, dos numerosos manuscritos, cercado do carinho da família, fez ele o centro da sua poderosa atividade cerebral, estudando os assuntos complicados de limites, coordenando notas e observações astronômicas, traçando os detalhes da carta geográfica da província e escrevendo a maior parte dos interessantes e valiosos trabalhos que deixou sobre Mato Grosso.

Depois que se afastara do quadro ativo da armada, quando os deveres de administrador escrupuloso, ou os afazeres de outra natureza não o prendiam à cidade, inteiramente se alheava na sua casa de campo, à margem pitoresca do rio Coxipó. Nesse retiro, poucos, bem poucos eram os que tinham o privilégio de ouvi-lo, graças à maneira gentil com que sua esposa punha-o ao abrigo dos inoportunos.

Na suprema direção da província, adotou como norma de conduta a mais severa economia e inteira distribuição da justiça, não distinguindo correligionários e fazendo-se respeitado no conceito unânime dos adversários. Embora filiado ao partido Conservador, exerceu também a presidência em situação liberal tanta e tão justificada era a confiança que inspirava a todos.

O concurso da sua experiência e do seu saber, por vezes reclamado pelos altos poderes da nação, mais diretamente se fez sentir nos ajustes preliminares de limites com o Paraguai e com a Bolívia, sendo certo que as negociações entre este último país e o Brasil foram guiadas, passo a passo, pelas suas indicações ponderadas e criteriosas. Por isso reclamou contra a linha Guaporé, tal como ficou convencionada do tratado de 1867.

A ação de Leverger, porém, não ficou apenas circunscrita, em Mato Grosso, ao campo das nobres conquistas intelectuais; a sua ação também se fez sentir no momento do perigo, no momento supremo do desespero, quando o inimigo, pisando o solo pátrio, espalhava diante de si o terror, a morte e a devastação.

Desfeitos os receios e as apreensões, serenados os temores, tornou o valoroso marinheiro o seu viver obscuro, à margem do límpido Coxipó, onde pouco antes um ilustre viajante, cavalheiro Bosi, o fora encontrar todo entregue às suas indagações. A impressão que a esse visitante causou o viver calmo e sadio do almirante brasileiro, se reflete na seguinte página da *Viagem Pittoresca*: “Um dos homens que pela sua ciência e pelos serviços que há prestado, se faz, na verdade, recomendável, é o Sr. Augusto Le-verger, francês de nascimento, chefe de esquadra e hoje reformado, condecorado com diversas distinções honoríficas, e que há exercido por vezes a presidência da província, com agrado e aplauso. Este cavalheiro tem realizado trabalhos hidrográficos e geográficos de maior importância; alguns dos quais são conhecidos com vantagens, principalmente as suas minuciosas explorações do rio Paraguai e seus afluentes. Atualmente se ocupa com o levantamento de uma carta que compreende a navegação desde Corumbá até Cuiabá, e com a organização de um plano hidrográfico de toda a província”.

Esse viver tranqüilo e desprezencioso, alheio às coisas banais que dominam a vida provinciana, o acompanhou até aos derradeiros momentos. O seu próprio enterro foi realizado sem pompas.

... e a casa, lugar de onde se retirava para a cidade, a cidade que parecia ser o mundo todo.

... e a casa, lugar de onde se retirava para a cidade, a cidade que parecia ser o mundo todo.

... e a casa, lugar de onde se retirava para a cidade, a cidade que parecia ser o mundo todo.

... e a casa, lugar de onde se retirava para a cidade, a cidade que parecia ser o mundo todo.

... e a casa, lugar de onde se retirava para a cidade, a cidade que parecia ser o mundo todo.

UMA CASA DOS TEMPOS COLONIAIS

Moacyr Freitas

O descrito é um tipo de casa que se construiu nos séculos XVI e XVII, em Portugal e no Brasil. Ela é caracterizada por ser uma casa de dois andares, com um pátio central, e por ter sido construída em um terreno elevado.

Esta casa era construída em um terreno elevado, geralmente no topo de uma colina ou em uma encosta íngreme. Ela era caracterizada por ser uma casa de dois andares, com um pátio central, e por ter sido construída em um terreno elevado.

Esta casa era construída em um terreno elevado, geralmente no topo de uma colina ou em uma encosta íngreme. Ela era caracterizada por ser uma casa de dois andares, com um pátio central, e por ter sido construída em um terreno elevado.

Esta casa era construída em um terreno elevado, geralmente no topo de uma colina ou em uma encosta íngreme. Ela era caracterizada por ser uma casa de dois andares, com um pátio central, e por ter sido construída em um terreno elevado.

Lar é o lugar de onde se tira toda alegria. A ele se dá tudo que possui. É nele que se fixa toda felicidade.

Nos tempos mais remotos, o homem buscava um abrigo para viver com sua família, em defesa das forças adversas da Natureza - animais bravios, clima, insetos... Muita luta e sofrimento para ver-se livre de tudo que o incomodava na face da Terra.

Os humanos não nasceram para viver isolados, refugiando-se em árvores e furnas ou cavernas encontradas por aí, como nos ensina a história. Tinham necessidade de construir suas habitações e saber defender-se de seus opressores. E conseguiram as primeiras armas de ataque para abaterem seus agressores e, com a inteligência que o Criador lhes deu, produziram instrumentos com os quais trabalharam a madeira e assim construíram suas palafitas, para melhor proteger sua própria espécie. Foram suas primeiras obras, erguidas com as próprias mãos.

A necessidade de morar, aliada às determinadas condições da natureza e da sociedade, determinou o aparecimento da construção.

Tudo começou porque a natureza não possuía grande quantidade de cavernas, e as árvores não correspondiam às necessidades humanas e às condições de clima. Surgiu assim a obrigação de construir abrigos. Vieram as palhoças, as cabanas, as ocas e os dolmens.

O desenvolvimento progressivo dos grupos humanos baseado na invenção de novos instrumentos e em métodos de produção (arco e flecha, caça e pesca), ao possibilitar o aumento numérico de pessoas no grupo, que exigia maiores deslocamentos sobre os territórios por eles habitados, colocou na ordem do dia a questão do abrigo.

Porém, a Arquitetura, a organização do espaço íntimo concebido como um todo orgânico e funcional, não nasceu com a construção desses abrigos. Estes não apresentavam as qualidades mínimas que caracterizassem obras de Arquitetura. Do aparecimento da construção dos abrigos ao nascimento da Arquitetura, passaram milhares de anos. O homem precisou passar do estado de Selvageria para o de Barbárie, para lançar as bases da Arquitetura.

Isso aconteceu quando a sociedade humana, superando a economia baseada na caça e pesca, ultrapassando a economia que se apóia no pastoreio e na criação de gado, havia atingido ao alto nível de economia que tem por base a Agricultura.

Com a cultura de cereais, iniciou-se o processo de fixação do homem à terra.

¹Arquiteto, professor fundador da Universidade Federal de Mato Grosso. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Foi um processo muito lento, que atravessou diversas fases de adaptação. Houve muitos desentendimentos e muitas lutas entre diversos grupos sociais, por causa do meio onde viviam.

Pôde transformar suas habitações num processo muito lento, baseado no aperfeiçoamento dos métodos e instrumentos de construção e desenvolvimento do conhecimento relativo à técnica oleira. E a argila prestava-se bem para revestir as estruturas de madeira já conhecidas.

Embora alcançando um alto nível de cultura e desenvolvimento de maneira notável da técnica de construção, a sociedade ainda não sentia a necessidade e nem dispunha de meios para criar a Arquitetura. Ainda não se conhecia o processo de fundição dos minérios de ferro.

A fundição do ferro, que veio depois, constituiu um fator revolucionário. Mas, o fator decisivo para esta revolução foi o assentamento da economia social sobre a base da combinação da criação de gado com a cultura de cereais. Outros aperfeiçoamentos, como atrelar animais ao arado de ferro e a descoberta das propriedades fertilizantes do esterco, ampliavam as áreas cultivadas e venciam o perigo do esgotamento da fertilidade do solo. E os homens puderam criar a Agricultura.

À medida que se fixava a terra, que adotava o sedentarismo, o homem percebia, naturalmente, a fragilidade das suas habitações de madeira e barro, construídas para resistir durante poucas safras. Assim, o novo problema era durabilidade dos seus abrigos; e os antigos materiais e a velha técnica tornavam-se obsoletos.

Abriu-se um longo período de investigação forçada de novos materiais, novas técnicas de trabalho e novos métodos de construção. Foram muitos séculos, provando centenas de modos de empilhar e ajustar pedras, de trabalhar e ligar madeiras, de fabricar e assentar adobes e tijolos.

Mesmo com aperfeiçoados conhecimentos de trabalhar com ferros e outros materiais, ou mesmos os métodos adiantados da mão-de-obra, não foram suficientes para determinar o aparecimento da Arquitetura.

A Agricultura significou um grande salto no desenvolvimento cultural da humanidade, a verdadeira base sobre a qual ela construiu a Civilização. Ao fertilizar a terra e lançar-lhe sementes, o homem toma em suas mãos as rédeas da Natureza e se afirma como seu senhor.

Esta confiança adquirida gradativamente e o orgulho do dominador, ambos alimentados na riqueza crescente do grupo social que também cresce e se desenvolve, vão constituir os sentimentos básicos que o homem necessita para expressar-se em suas manifestações artísticas. Vem daí o agradecimento a Deus os seus bons desígnios. Na antiguidade, seriam aos deuses; honrar também os antepassados que assentaram as bases da riqueza social; adorar a semente, o animal de tração, o metal, o sol e a chuva, o rio que fertiliza.

Entretanto, a Arquitetura só pôde surgir quando, ao lado dessa necessidade de expressão, a sociedade dispôr de excedentes consideráveis de riqueza; isto é, quando pode afastar da produção direta uma parcela da sua força de trabalho para ser aplicada em uma construção com valores inúteis do ponto de vista utilitário ou prático.

É neste período de desenvolvimento cultural que se define e consolida a propriedade privada sobre os meios de produção; isto é, a divisão da sociedade em classes. Os excedentes aparecem nessas classes que são chamadas de dominantes, os ricos. Nestas condições, uma sociedade pode criar a Arquitetura, porque esta pode revelar-se como arte de afirmação humana, como meio do homem expressar sua própria grandeza ou seu orgulhoso agradecimento a Deus ou aos deuses, como foi na antiguidade.

A história mostra que a construção de abrigos precedeu à Arquitetura em milhares de anos. A Arquitetura, então, começa quando a sociedade atinge um certo nível de economia e determinado estágio de desenvolvimento geral da cultura. A par da existência de excedentes de riquezas, manifesta-se a aspiração e a necessidade de fazer do abrigo algo mais significativo do que um simples objeto de uso.

Vimos como a Arquitetura se valoriza e começa a existir como arte e também como técnica aplicada. É assim que a Arquitetura residencial vem predominar, assumida pela burguesia; e no século XX, ela atinge sua supremacia.

Todos estes lances históricos vêm preambular a posição no tempo a estimada Casa Barão de Melgaço, quando ela fora construída. Sabemos que sua construção se deu no rincão do Oeste Mato-grossense no século XVIII. Reconhecemos a rua onde fora construída, ainda no seu início, na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

A vila ainda dispersa, sabemos pela história, rodeava em torno da igreja matriz, do palácio do governo e espichava-se ao longo dos caminhos naturais transformados em ruas. Eram caminhos de saída e chegada a lugares quase obrigatórios; uns longos, outros curtos, diretos e bifurcados; multiplicavam-se em paralelas interligadas de becos e travessas. Seu centro cívico, enobrecido pela Casa da Câmara e Cadeia, polarizada pelo Pelourinho, mostrava a aparência administrativa dos tempos coloniais.

Mato Grosso era uma Capitania do Brasil Colônia de Portugal, governada pelo Capitão General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

Reconhecemos a rua onde fora construída a casa em plantas da vila num livro sobre o Brasil com informações de Portugal. Lá estava a projeção dela na planta de 1777 entre poucas outras, dando início à Rua do Campo do Ourique, conhecida então como rua Nova. Porém, em outra planta de 1775, nenhuma casa aparece ali, revelando-nos que ela fora construída após o ano de 1775 e antes de 1777.

Nesse começo de rua, ao lado de um córrego que corria na Travessa do Roriz, mostrado na planta, foi levantada a obra residencial, que hoje é a Casa Barão de

Melgaço. Como as demais ruas da vila, também esta distinguia-se por grandes áreas, que aos poucos iam sendo fechadas com muros longos de terra socada pelos rudes pés dos escravos dos senhores abastados.

Naturalmente, seu primeiro proprietário acreditava no lugar e progredia com ele; confiava no futuro da vila cuiabana. Aplicava ali seus recursos excedentes. Certamente, já se sentia elevado à classe dos senhores dominantes.

Nesse ambiente havia algo mais do que um conjunto de materiais formando um lugar propício à vida, livre das incertezas do nomadismo do passado. Nela, seus moradores sentiram a satisfação de grandeza; do feliz convívio do lar. E aquele conjunto de fatores determinantes de uma série de obrigações que vão adquirindo em benefício da implantação de uma norma de conduta vai concretizando essa felicidade.

É uma casa senhorial. É dela que seu primeiro dono vai retirar sua alegria. É um lar, onde fixou sua própria felicidade e da sua família. Imaginemos assim a vida na Casa Barão de Melgaço, naqueles primeiros tempos de sua existência.

Aquela construção obedecera à mais requintada técnica que se conhecia, trazida pelos habitantes portugueses ou descendentes dos bandeirantes paulistas. Posta tangente à rua, não podia prescindir do pátio interno. Pátios também de tradição universal da Arquitetura traduzidos no *impluvium* grego, nos *claustrós* romanos, ou nas realizações mouriscas que, mais próximas, nos influenciaram mais profundamente. O pátio aqui, configurado por planta em U, vem ventilar os cômodos do interior da casa, amenizando o calor tropical e proporcionando espaço aberto, mas privativo, necessário ao recreio das donzelas e crianças em recesso adequado com a discrição e o ciúme da época.

A casa situada com o córrego a sua esquerda, hoje, Rua Voluntários da Pátria, dobrava em esquina, direcionando seu amplo quintal arborizado à montante, indo desenhar um retângulo, voltando a fechá-lo na frente, na direção da fachada principal, deixando a abertura de um amplo portão.

Seus cômodos diferenciam-se, atendendo à especialização de funções. Aparece o saguão de entrada, o quarto de hóspedes, a grande varanda, a sala de refeições, as varandas traseiras de serviço; e os grandes armários de suprimento da cozinha configurariam as despensas. As portas e janelas, primitivamente, tiveram suas folhas feitas com frisos e travessas girando dentro de grossas molduras de madeira lavrada e pesada encimada por pranchões que sustentam as paredes grossas. Alteia-se o pé direito, que atinge quatro metros ou mais. Armam-se beirais sobre consolos (cachorros de madeira) recortados em grandes balanços. Suas paredes grossas e resistentes foram feitas somente de barro socado a pilão ou com os pés entre formas de madeira, os taipais, misturado com esterco de curral, fibras vegetais (capim) ou cascalho miúdo, a taipa de pilão, que tivera grande aceitação entre os paulistas e portugueses povoadores da vila. Sistema originado talvez do Oriente Próximo, divulgado pelos mouros.

Também do barro moldaram os adobes, com os quais construíram as paredes mais finas.

Na fachada, a porta principal e as janelas acompanhavam o modelo daquele tempo: folhas montadas com frisos e travessas girando em dobradiças de ferro forjado. Certamente, fechadas por ferrolhos e tranquetas feitas do mesmo modo, ou por trancas de madeira forte. As janelas foram de rótulas, as mais comuns na Vila Real.

Em 1827, Hércules Florence, segundo desenhista da Expedição Langsdorff, que esteve em Cuiabá, mencionou em seu relato de viagem que havia na vila uma única casa com janelas envidraçadas. Era o Palácio do Governo (o anterior ao antigo Palácio Alencastro), as restantes obedeciam ao estilo colonial, com rótulas e beirais avançados.

O revestimento das paredes foi de cal e areia reforçado com esterco de curral. Houve caiações que ofereceram a elas a limpeza que a tradição portuguesa recomendava.

A cobertura foi de telhas de barro queimado em olarias rústicas dos arredores da vila, onde havia argila em abundância. Suas tesouras, o encaibramento e outras peças estruturais, como os esteios, deram-lhe a longa vida prevista.

O piso da casa recebera revestimento com tijolos queimados, provavelmente porque não havia outro melhor, depois substituídos pelo ladrilho hidráulico, o mosaico.

A casa senhorial, assim situada na Rua do Campo do Ourique, não escapou àqueles meios que os construtores tinham para edificar as habitações do tempo colonial. Para supri-la de água, ainda que edificada ao lado de um riacho, podemos afirmar que ela possuía seu algebe privativo. Isso porque na residência existente próxima dela, nessa mesma rua, observada sua projeção na planta da vila de 1777, hoje da família Figueiredo (Dona Bem Bem), possuía até recentemente seu poço de dimensões avantajadas, revestido com pedra canga.

A Casa Barão de Melgaço, que fora habitada por diferentes famílias sucessoras até chegar àquela do ilustre bretão cuiabanizado Augusto Leverger, não mostra mais as partes complementares que lhe davam a funcionalidade de uma residência senhorial. Obviamente, desnecessária seria uma justificativa, dado seu novo e nobre uso, restando-nos apenas observar as partes que não foram sacrificadas e imaginá-las completas no passado, no tempo da capitania, e depois, na província, utilizadas pelos familiares de então com o vaivém de sua criadagem, nos afazeres domésticos.

A aparência atual da fachada da Casa Barão de Melgaço mostra a conseqüência de um modismo europeu que no século XIX chegou desprezando as fachadas coloniais. A Arquitetura usada em Cuiabá, ainda no século XVIII, demonstrava uma incerteza proveniente de influências que de alguma forma recebia da Europa. A simplicidade das antigas construções fora recebendo as modificações que vinham

descharacterizar o seu velho estilo. Isso aconteceu também com a casa em questão, cujo proprietário transformou-a na aparência atual. Vários outros prédios de aparência colonial receberam aquelas modificações, retirando o seu beiral avançado, trocando-o por platibanda com calhas e condutores de Flandes. Também, portas e janelas foram mudadas, ganhando vidraças em guilhotinas, com retirada ou não de suas rótulas. Contudo, a Casa Barão de Melgaço não adotou a guilhotina e hoje a vemos com as janelas de abundantes venezianas e porta almofadada. A influência greco-romana não foi fielmente adaptada a sua fachada. Nenhuma ordem clássica aparece, apenas traçados geométricos dão composição a ela.

A atual restauração manteve a aparência do prédio, reforçando sua estrutura, avivando seu histórico espaço. Buscou devolver a ele seu estado mais recente de convivência, que o destino reservou às duas distintas instituições: O Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso e a Academia Mato-Grossense de Letras. Como dissera o professor e acadêmico Francisco Alexandre Ferreira Mendes:

[...] nesse monumento histórico e cultural, a Casa Barão de Melgaço, em cujo recinto engrinaldado, tal um “Panteão” das glórias passadas refulgem as efigies dos varões ilustres, que elevaram Mato Grosso pela dignidade e pelo saber, legando aos que surgem na seqüência ininterrupta da vida, exemplos de fé e de crença nos superiores destinos do abençoado torrão cuiabano (MENDES, Francisco Alexandre Ferreira - Lendas e Tradições Cuiabanas, p. 72).

Era necessária essa recuperação. Estava o prédio enfraquecido, sofrendo o peso dos anos de sua existência. Heroicamente, ainda agüentava, oferecendo seu espaço aos admiradores que buscavam conhecimentos e lembranças dos guardiões desse “Panteão” de glórias, nas palavras do saudoso professor Ferreira Mendes, um deles. Foi ele um dos mais ilustres membros das instituições que a Casa Barão de Melgaço acolhera.

Em feliz momento, as autoridades governamentais atenderam ao apelo dos devotados dirigentes das instituições abrigadas na casa, seus laboriosos presidentes.

Todos agradecem essas atitudes e felizes celebram o retorno à casa histórica. Certamente, será ininterrupta e crescente a felicidade das duas guardiãs: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Academia Mato-Grossense de Letras.

Sônia Regina Romancini
Suíse Monteiro Leon Bordest

CASA BARÃO DE MELGAÇO: PATRIMÔNIO CULTURAL E POTENCIALIDADE TURÍSTICA NO CENTRO HISTÓRICO DE CULABÀ

Sônia Regina Romancini
Suíse Monteiro Leon Bordest

Segundo Stuart Hall, em referência às coisas semânticas, elas, por muito tempo, constituiriam o mundo social, e, por isso mesmo, a ordem social seria baseada na linguagem. O mundo social é, portanto, um mundo de significação, e a linguagem é o elemento central desse mundo. A linguagem é, portanto, o elemento central da cultura, e a cultura é o elemento central da sociedade.

Este trabalho tem como objetivo analisar a Casa Barão de Melgaço, localizada no Centro Histórico de Culabà, sob o ponto de vista do patrimônio cultural e da potencialidade turística.

Na esteira dessas questões, o trabalho apresenta a Casa Barão de Melgaço, sob o ponto de vista do patrimônio cultural e da potencialidade turística.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Turismo, Centro Histórico de Culabà.

Sônia Regina Romancini¹
Suíse Monteiro Leon Bordes²

- assim, era a casa,
de esquina;
- e assim... a gente
e as coisas do tempo;
pela Rua de Cima não há como perder...
(Silva Freire)

Considerações iniciais

Ao longo do processo histórico, os seres humanos construíram identidades mutantes, em um complexo e entrelaçado processo de cognição, de interpretações e reinterpretções, de vivências e convivências, de múltiplas interações com o meio ambiente.

Nos últimos tempos, teóricos culturais argumentam que uma mudança estrutural está fragmentando e deslocando as identidades culturais e provocando no indivíduo uma “crise de identidade”. A “crise de identidade” faz parte de um processo mais amplo de mudança e tem efeito pluralizante sobre as identidades, sendo capaz de produzir uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação.

Segundo Stuart Hall, em essência, as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. Assim a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2003).

Diante disso e ainda apoiadas em Hall (2003) perguntamos: *como lidar com os aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e nacionais?*

Na esteira dessas questões queremos ousar interpretar no Centro Histórico de Cuiabá a Casa Barão de Melgaço, um exemplar de bem patrimonial que se expressa

¹Geógrafa, Doutora em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

²Geógrafa, Doutora em Geociências e Meio Ambiente pela UNESP de Rio Claro. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

publicamente como ícone cultural e que, se houver uma adequada gestão desse patrimônio, pode se tornar um importante atrativo turístico.

É de conhecimento geral que para fugir do turismo massificador e estressante, visitantes acorrem para locais onde possam aliar o lazer ao enriquecimento pessoal. Sobrelevando os atrativos em meios culturais, evocam novo significado ecológico, histórico, cultural tanto em áreas rurais como urbanas (BORDEST, 2005).

Cada vez mais a interpretação do patrimônio cultural na perspectiva do olhar sai do meio acadêmico para ser exercitado na prática. Trata-se de iniciativas ou experiências de sensibilização que possibilitam representações significativas, com vistas a elaborar roteiros de descobertas para e pelos visitantes, focalizando e valorizando o patrimônio, tais como: os marcos geográficos, históricos e culturais das cidades.

A exemplo de centros histórico-culturais mundialmente conhecidos como cidades receptoras pelos seus bens materiais e imateriais (gregas, egípcias, francesas, portuguesas, espanholas), no Brasil cidades como Salvador, Recife, Olinda, São Luís, dentre outras, também estão hoje incluídas nos roteiros turísticos dos apreciadores dos atrativos culturais.

Particularizando o meio em que vivemos temos a ressaltar no âmbito do Centro Geodésico da América do Sul a cidade de Cuiabá, fundada em 08 de abril de 1719, nas margens do rio Coxipó (atual distrito do Coxipó do Ouro), e onde se pode vislumbrar um rico manancial de cultura pronta para ser reinterpretada no seu contexto histórico-cultural. Para seguir a trilha da abordagem dos centros históricos queremos nos permitir exercitar o olhar ao percorrermos o centro histórico desta cidade quase tricentenária que se enfeita para receber seus visitantes.

Relação entre patrimônio e turismo

De acordo com orientações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. Por este motivo é possível realizar uma das mais importantes distinções que se pode fazer com relação ao patrimônio cultural, pois sendo ele diferente das outras modalidades da cultura restritas apenas ao mercado cultural, apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia como a construção civil e o turismo, ampliando exponencialmente o potencial de investimentos (IPHAN, 2006).

Nessa perspectiva, a cidade de Cuiabá fortemente marcada tanto pela morfologia de sua paisagem física como pela presença de notáveis personalidades onde se misturam antigos bandeirantes, coronéis, jagunços e migrantes de várias procedências

e em diferentes momentos de sua história, dispõe de fantásticas proezas culturais que dão suporte ao turismo cultural.

Antigas touradas, festas religiosas (São Benedito, Senhor Divino, São Gonçalo) ou pagãs, inesquecíveis peças de teatro, retretas nos coretos e passeios nos jardins públicos, costumam ser rememorados como marcos dos primórdios da história do lazer e turismo da cognominada “cidade verde”.

Costumeiramente mencionada mais pelo papel de receptivo dos viajantes, que se deslocam em busca dos pontos pitorescos dos planaltos, serras e das planícies pantaneiras da região, a potencialidade para o atrativo cultural da cidade tem sido negligenciada.

Falamos da oferta turística de seus produtos artesanais provenientes do trabalho de competentes artesãos e artesãs de cerâmica, tecelagem, madeira (BORDEST et al., 1997).

Hoje, o contexto urbano de Cuiabá e seu entorno começam a se expressar de maneira mais clara e organizada ao ofertar ao visitante e residente os produtos turísticos artesanais provenientes de seus bens patrimoniais (natural e cultural) valorizando seus produtos artesanais de cerâmica, tecelagem, madeira, culinária, entre outros. De outro lado são os parques urbanos, centros de eventos, mercados e feiras, casas de artesanato. Marcos históricos e geográficos, ruas, ruelas e praças, igrejas e centros de cultura. Dentre estes últimos destacamos a Casa Barão de Melgaço no Centro Histórico de Cuiabá.

Ao analisar as edificações herdadas do passado, o geógrafo Troitiño Vinuesa (1998) afirma que elas constituem o patrimônio cultural, que é um elemento essencial de bem-estar e de qualidade de vida das cidades que os detém. Este patrimônio, se utilizado de forma criteriosa para o turismo, oferece múltiplas perspectivas de desenvolvimento econômico e social, assim como para a criação de novos empregos.

Sobre a importância das obras construídas no passado, a exemplo da Casa Barão de Melgaço, Abreu (1998) destaca que face à homogeneidade do espaço global, cada lugar procura na singularidade a sobrevivência e a individualidade, buscando no passado uma das dimensões da singularidade. Esse passado está materializado na paisagem, preservado em instituições de memória, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares.

Acerca da necessidade de proteção e conservação do patrimônio cultural, bem como sua utilização para o turismo, Troitiño Vinuesa (1995) observa que a implantação de uma cultura de recuperação, além dos tombamentos de conjuntos históricos, requer o conhecimento da cidade como patrimônio e recurso cultural coletivo, pois sem o entendimento da dimensão cultural do patrimônio urbanístico será muito difícil propiciar um turismo cultural de qualidade. Assim, é preciso que haja uma política urbanística e cultural que, reapeinando os valores arquitetônicos, urbanísticos e

culturais das cidades históricas, dê respostas às atuais demandas e propicie sua utilização como recurso turístico.

Ressaltamos que o turismo constitui um pilar importante da economia de muitas cidades que possuem centros históricos, contribuindo também para a conservação e a recuperação de seu patrimônio cultural. Entretanto, como a pressão do turismo pode trazer riscos para o ambiente e para a sociedade, devem ser formuladas políticas de gerenciamento desses recursos (TROIÑO VINUESA, op. cit.).

Um percurso pela Rua Barão de Melgaço

A cidade de Cuiabá, a partir da década de 1960, passou por significativo processo de expansão urbana e aumento populacional, com a conseqüente demolição e descaracterização de parte do patrimônio construído.

Segundo Conte e Freire (2005), no final de 1985, foram tombadas³, provisoriamente, em nível municipal, uma área do centro e outra no bairro do Porto. Esse tombamento foi renovado no final de 1986. Em 1º de outubro de 1987, foi tombado, em nível provisório federal, a área no centro. Em 1988, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou o tombamento do Centro Histórico de Cuiabá e do seu entorno, com o objetivo de preservar o patrimônio remanescente dos séculos XVIII, XIX e XX, presente nesta cidade. O tombamento foi homologado pelo Ministro da Cultura, em 4 de novembro de 1992.

No Centro Histórico de Cuiabá destacamos a Rua Barão de Melgaço - antiga Rua Linda do Campo no trecho entre as ruas 12 de Outubro e Voluntários da Pátria. Denota a presença de alguns casarões coloniais, sobressaindo-se a Casa Barão de Melgaço.

Além do tombamento federal, a Casa Barão de Melgaço foi contemplada com o tombamento da Secretaria de Estado de Cultura, através da Portaria nº 13/98, publicada no Diário Oficial em 8 de junho de 1998.

Historicamente, a Rua Barão de Melgaço procede do antigo "Quintal Grande", denominação do local onde hoje se encontra a Avenida Mato Grosso, cruzando diversas avenidas até encontrar a Avenida Miguel Sutil, nas proximidades da Ponte Nova. Considerada uma das artérias mais importantes de Cuiabá, não somente pelo seu valor histórico, mas pela função de logradouro público que nunca teve função

³O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. O Tombamento pode ser feito pela União, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Governo Estadual, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado ou pelas administrações municipais, utilizando leis específicas ou a legislação federal (IPHAN, 2006).

comercial. Nela se sobressaía a função residencial, sendo que, a partir da década de 1970, foi tomada pelo setor financeiro, constituindo nos dias atuais uma rua de especialidade neste setor (ROMANCINI e ALENCASTRO, 2001).

Numa pesquisa elaborada pelo arquiteto Moacyr Freitas, registra-se como sua primeira denominação, no século XVIII, o nome de Rua Nova, talvez pelo seu recente aparecimento após a tríade Rua de Cima, Rua do Meio e Rua de Baixo, respectivamente as atuais Rua Pedro Celestino, Rua Ricardo Franco e Rua Galdino Pimentel.

Segundo um recenseamento realizado em 1825, o logradouro aparecia como Rua Linda do Campo, pelo qual deduzimos que esta outra denominação surgira em conseqüência da sua ligação com o antigo Campo d'Ourique (hoje Praça Pascoal Moreira Cabral, onde foi construída a Assembléia Legislativa, atual Câmara Municipal de Cuiabá). Nesse período, as ruas eram referenciadas de maneira informal tendo como base as tradições da localidade.

A memorialista Dunga Rodrigues informa que após o término da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, as ruas de Cuiabá passaram a ostentar os marcos da vitória. Cada uma delas, por meio de um edital da Câmara de 1871, passou a receber nomes de cidadãos ilustres, datas e outras referências às batalhas travadas. Dessa forma, a Rua do Campo passou a se chamar Barão de Melgaço (RODRIGUES, 1969).

A homenagem ao Barão de Melgaço se deve não somente pelo fato dele residir nessa rua, mas foi uma justa homenagem a sua figura relevante na história naval brasileira e particularmente na história mato-grossense. O seu nome era Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço, título este a ele outorgado por Dom Pedro II, em reconhecimento aos serviços prestados à Nação.

O Barão de Melgaço naturalizou-se cidadão brasileiro em 1848 e governou a Província de Mato Grosso por quatro vezes. Em 1843, casou-se em Cuiabá com Dona Inês de Almeida Leite e desta união resultou numerosa prole, que se desdobrou em vários ramos: Alves Corrêa, Corrêa Sá, Corrêa Cardoso, Prado, dentre outros.

Segundo Mendonça (1973, p. 41), após o casamento do Barão com Dona Inês, a quem dedicava afeto profundo, ficou o ilustre marinheiro desde então definitivamente preso à cidade de Cuiabá, onde, para empregar a sua frase - "lançou âncoras para sempre", passando a viver na Rua do Campo, atual Rua Barão de Melgaço: "a partir dessa época não mais pensou em arredar-se da modesta vivenda que adquirira na rua do Campo, a mesma onde veio a falecer", em 1880.

Mendonça (op. cit, p. 41) informa que:

Ali, ao lado dos livros prediletos, dos numerosos manuscritos, cercado pelo carinho da família, fez ele o centro da sua poderosa atividade cerebral, estudando os nossos complicados assuntos de limites, coordenando notas e observações astronômicas, traçando os detalhes

da carta geográfica da província e escrevendo a maior parte dos interessantes e valiosos trabalhos que deixou sobre Mato Grosso.

A Casa Barão de Melgaço, por representar a arquitetura colonial do século XIII e por ter sido o espaço de vivência do Barão de Melgaço durante décadas, corresponde a um patrimônio histórico-cultural de inestimável valor.

Conhecendo a Casa Barão de Melgaço

O arquiteto Moacyr Freitas ao analisar os aspectos arquitetônicos da Casa Barão de Melgaço, edificada possivelmente entre os anos 1775 e 1777, informa que a casa foi construída com o requinte que aquele período proporcionava, com paredes revestidas de cal e areia, pisos de cerâmica e cobertura de telha. As paredes grossas e resistentes foram feitas somente de barro, socado a pilão, ou com os pés, entre formas de madeira, misturado com esterco de curral, fibras ou cascalho miúdo, a taipa de pilão. Também do barro moldaram os adobes que construíam as paredes mais finas (FREITAS, 2001).

No final do século XIX, a vinda dos construtores europeus pela navegação fluvial trouxe inovações que modificaram as antigas fachadas das casas coloniais. Freitas (op. cit.) explica que nesse período, a Casa Barão de Melgaço passou por algumas mudanças como a retirada dos beirais, trocados pela platibanda. Várias pilastras com caneluras foram distribuídas nas fachadas, destacando as portas e janelas por molduras, frisos e outros desenhos geométricos. Suas janelas ganharam a veneziana e, no seu interior, foram mantidas as grossas paredes dos tempos coloniais.

De acordo com Mendonça (1973), no dia 23 de novembro de 1930, a Casa Barão de Melgaço foi solenemente entregue ao Instituto Histórico de Mato Grosso, atual Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, e ao Centro Mato-grossense de Letras, atual Academia Mato-Grossense de Letras, com uma romaria ao túmulo de Leverger. O autor relata a solenidade de colocação da placa comemorativa na “Casa Barão de Melgaço”, cerimônia referente ao centenário da chegada a Cuiabá do Barão de Melgaço (MENDONÇA, op. cit., p. 272-3):

DECRETO

Nº 1 - O Interventor Federal no Estado de Mato Grosso, considerando que a data de hoje assinala o centenário da chegada a Cuiabá do grande Augusto Leverger, Barão de Melgaço, cujos serviços a Mato Grosso na paz e na guerra, o sagraram vulto de inconfundível destaque na História política, administrativa e intelectual do Estado;

Considerando que é mister manifeste o Governo, como legítimo refletor do pensar e sentir do povo, a sua adesão e solidariedade às comemorações providas pelo transcurso dessa memorável efeméride;

Considerando que, por Decreto nº 718 de 14 de janeiro de 1926, resolvera o Governo do Estado desapropriar a casa em que residiu e veio a falecer o egrégio bretão cuiabanizado;

Considerando que fora a aquisição feita em atenção a um grande movimento popular, visando fazer perdurar na referida casa o mesmo ambiente de intelectualidade que ali existira em vida do bravo almirante e maior conhecedor das cousas mato-grossenses no seu tempo;

Considerando que tal finalidade não foi ainda alcançada, e o aproveitamento do prédio para uma repartição estadual contrariou o objetivo dos promotores da idéia, a que o Governo emprestara o seu apoio, de ali instalar, enquanto não for fundado o respectivo Museu Histórico, o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Mato-grossense de Letras, sodalícios que mantêm o culto cívico como parte essencial do seu programa, tendo o Barão de Melgaço como um dos seus patronos,

RESOLVE:

Art. 1º - A “Casa Barão de Melgaço”, sita à rua do mesmo nome e de propriedade do Estado, fica destinada, a partir desta data, a ser a sede efetiva do “Instituto Histórico de Mato Grosso” e do “Centro Mato-grossense de Letras”.

Art. 2º - O Governo, oportunamente, fará a cessão, em devida forma, àquelas sociedades, do mesmo edifício, que, em caso de extinção das referidas associações, reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Estado, em Cuiabá, 23 de novembro de 1930, 42º da República e 100º da chegada de Leverger. Antonino Menna Gonçalves Virgílio Corrêa Filho.

A Casa Barão de Melgaço como centro de cultura no Centro Histórico de Cuiabá

A referência ao Centro Histórico de Cuiabá abre uma janela para dialogarmos neste texto sobre um dos mais antigos centros de cultura da capital mato-grossense. Referimo-nos à Casa Barão de Melgaço que abriga duas importantes instituições: o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT e a Academia Mato-Grossense de Letras - AML.

As reflexões sobre aspectos da Casa Barão de Melgaço no contexto do patrimônio cultural chamam a atenção para o desafio de rememorar o papel dos grupos sociais diante da complexidade dos espaços de relações dos seres humanos entre si e deles com o meio ambiente. A fenomenologia embasa teoricamente a nossa percepção de que a sociedade é um espaço de conflitos e de confrontos de interesses na regulação do uso e da apropriação de recursos do ambiente natural e construído e no gerenciamento de riscos ambientais e tecnológicos, onde se pautam as lutas

socioambientais, logo, o campo ambiental implicando situações ao campo da cultura.

Para Carlos Brandão, conforme as interpretações atuais e de antropologia, a cultura é um contexto. Partindo desse princípio, o autor apresenta a seguinte reflexão sobre a cultura:

Ela é o contexto da trama de significados que tornam viáveis condutas que resultam em transações sociais e simbólicas e que, ao mesmo tempo, tornam transparente para seus sujeitos a ordem e o sentido de sua conduta e de suas transações, em qualquer dimensão em que elas se processem. Isto em cada um dos lugares específicos onde pessoas se relacionem como sujeitos sociais e sujeitos de significações. Toda cultura é portanto a cultura de um contexto. É, melhor ainda, um contexto de relações sociais e simbólicas como cultura [...] ela é o contexto de significações do qual idéias, comportamentos e transas de poder podem ser e são efetivamente codificados e significativamente interpretados entre os seus agentes/atores. A cultura é também, ou através dele, o contexto das interações onde idéias, comportamentos, símbolos, poderes e objetos materiais podem ser compreendidos através do seu sentido [...] Se a existência cotidiana de cada sujeito e se a vida cotidiana de cada comunidade não se esgotam como e na cultura, a cultura é o contexto simbólico de significações entre tudo aquilo que, entre sujeitos na comunidade, torna socialmente possível e ideologicamente compreensível tanto a individualidade de cada pessoa, quanto a coletividade da vida comunitária. Dimensões de identidades construídas com a matéria dos mesmos símbolos. (BRANDÃO, 1996, p. 56-58).

O contexto local, ao incorporar um novo elemento, se transforma, criando e recriando novos objetos sociais, que implicam novos papéis sociais que identificam sujeitos renovados em realidades que se renovam, frente à dinâmica do processo cultural.

É sabido que em todos os campos e dimensões do saber é possível identificar um pensamento que reelabora o pensado em outros lugares, produzindo afirmações de não menor significado, validade e criatividade e que neste marco não deixa de ser importante a subjetividade o grupo, e, mais precisamente, seu próprio saber e fazer diante do processo de refletir, reinterpretar e reelaborar soluções novas, em termos dos novos parâmetros ou variáveis e um problema urgente que (mesmo pautado de fora para dentro) desafia aos sujeitos do grupo (de um contexto) a fazerem despontar novos processos de releitura e reavaliação de sua realidade imediata, como formula Martinic (1994).

Juntando a essa reflexão o contexto urbano da quase tricentenária cidade de Cuiabá, nela se evidenciam os problemas da preservação/conservação de seus bens

patrimoniais, da qualidade de vida e da capacidade de suporte do meio que exigem muitas vezes, além da manutenção de serviços essenciais, a recuperação do ambiente físico-natural e construído, em meio aos inúmeros conflitos sócio-ambientais que caracterizam o momento histórico.

Interpretando o patrimônio cultural - traçando caminhos para o turismo

Nessa linha de pensamento percebemos à Casa Barão de Melgaço, além de órgão irradiador da cultura mato-grossense, também como ambiente capaz de potencializar a atividade turística no meio urbano. O *turismo cultural*, atividade que ganha adeptos no mundo inteiro e que pode ser apreciado tanto pelos visitantes como pelos moradores da cidade.

Considerando que a base cultural, encontra-se nos marcos históricos e nas raízes históricas propriamente ditas, que evoluem e se transformam, voltamos nosso olhar para a Casa Barão de Melgaço, no contexto do Centro Histórico de Cuiabá, aqui considerada como atrativo científico, histórico e cultural e capaz de oferecer importante contribuição ao Produto Turístico Urbano⁴, não só através de sua arquitetura colonial, mas também como centro de referência da cultura mato-grossense, ao incorporar rica biblioteca e arquivo, museu e casa de memória.

O turismo cultural, no entanto, propõe desafios, que se relacionam a decisões para contrabalançar preservação e proteção com promoção; resguardar a autenticidade, evitando-se construções incompatíveis; difundir temas delicados relacionados com a cultura sem explorar grupos minoritários; compartilhar com os moradores seus reais interesses sobre a preservação.

Assim, o mérito da ação de interpretação é, além de difundir, popularizar o conhecimento ambiental e preservar o patrimônio, induzindo a atitudes de respeito e proteção. A esse serviço coloca-se a proposta de interpretar o patrimônio, como o processo de acrescentar valor à experiência do visitante por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar, conforme orientações de Albano citado por Bordest (2005).

A interpretação de lugares, de acervos e coleções, de saberes e fazeres culturais são, antes de tudo, um instrumento de comunicação com o morador, o visitante e o turista.

Considerações finais

Considerando-se que identidades se deslocam entre passado e presente, queremos pensar com Freire, citado por Oliveira (2003, p. 118): “a invenção da

⁴Entende-se por Produto turístico a composição de uma base cultural com herança histórica, capaz de ofertar boa hospitalidade, acomodação confortável, paisagem atraente e boa cozinha, entre outros.

existência deu-nos a possibilidade de estarmos não apenas no mundo, mas com o mundo. Eu posso mudar o mundo e é fazendo isso que eu me refaço. É mudando que eu me transformo também”.

Destacando no Centro Histórico de Cuiabá a Casa Barão de Melgaço, buscamos no entrelaçamento dos termos patrimônio/cultura distinguir as manifestações culturais potenciais para o produto turístico, de modo a valorizar a nossa identidade em mutação. Entendendo a identidade como o sentimento de pertencimento a um lugar.

Ressaltamos que em nível mundial a valorização do turismo cultural é uma realidade. Pessoas viajam com o intuito de conhecer as diversidades histórico-culturais de outros povos. Porém é necessário que esse despertar para novas culturas seja alicerçado em algumas premissas: conteúdo histórico local, interpretação do patrimônio, divulgação, geração de divisas à localidade, conservação dos bens patrimoniais com a participação da população local.

A Casa Barão de Melgaço como órgão informativo e educativo, reunindo o museu, a biblioteca, o anfiteatro, os acervos de famílias mato-grossenses, deve ficar mais próxima e a serviço da comunidade, contribuindo efetivamente para a formação dos cidadãos, bem como para o desenvolvimento da sociedade, reforçando a necessidade de conservação do seu patrimônio histórico-cultural.

Colocar em prática essa proposta é responsabilidade não apenas dos integrantes das instituições que a Casa Barão de Melgaço abriga, mas também dos governantes e da sociedade civil. Isso porque um povo deve valorizar e lutar pela preservação de sua identidade cultural mesmo reconhecendo nela a possibilidade de sua transformação no contexto de cada época.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício A. Sobre a memória das cidades. **Território**. Rio de Janeiro: LAGET, ano III, n.4, p. 4-26, jan./jun. 1998.
- BORDEST, Suíse Monteiro L.; MACEDO, Miramy.; PRIANTE, Josita C. **Matutando Turismo**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- BORDEST, Suíse Monteiro L. **Patrimônio Ambiental de Chapada dos Guimarães. Olhares e possibilidades turístico-culturais**. Cuiabá: EdUFMT, 2005.
- BRANDÃO, Carlos. R. et al. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma expertise de educação e cultura**. Rio de Janeiro: IPHAN: Depron, 1996.
- CONTE, Claudio Quoos; FREIRE, Marcus Vinícius De Lamonica. **Centro Histórico de Cuiabá, patrimônio do Brasil**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- FREITAS, Moacyr. A arquitetura da Casa Barão de Melgaço. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. n. 59, p. 215-221. Cuiabá: IHGMT, Entrelinhas, 2001.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Trad. Tomas Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Tombamento**. www.iphan.gov.br. Acesso em 18 de março de 2006.
- MARTINIC, S. Saber popular e identidade. In: GADOTI, M.; TORRES, C. A. (Orgs.) **Educação Popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez. USP, 1994.
- MENDONÇA, Estevão. **Datas mato-grossenses**. Cuiabá, Casa Civil do governo do Estado de Mato Grosso, 1973. I e II.
- OLIVEIRA, Elísio M. **Cidadania e educação ambiental: uma proposta de educação no processo de gestão ambiental**. Brasília: IBAMA, 2003.
- RODRIGUES, Dunga. **Reminiscências de Cuiabá**. Goiânia: Editora Cinco de Março, 1969.
- ROMANCINI, Sônia R.; ALENCASTRO, Aníbal. Homenagens ao Barão de Melgaço. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. n. 61, p. 51-62, Cuiabá: IHGMT, 2003.

TROITIÑO VINUESA, Miguel A. El turismo en las ciudades históricas. **Polígonos - Revista de Geografía**. n. 5, p. 49-65. León: Departamento de Geografía, Universidad de León, 1995.

TROITIÑO VINUESA, Miguel A. Turismo y desarrollo sostenible en ciudades históricas. **Ería - Revista Cuatrimestral de Geografía**. n. 47, p. 211-227. Oviedo: Departamento de Geografía, Facultad de Geografía e Historia, 1998.

O título deste artigo, *Índios e acervos: uma viagem e registros*, foi inscrito no seminário ocorrido entre os dias 15 e 16 de abril de 2002, no Cine São Arsenal, em Curitiba, por ocasião das comemorações alusivas ao Dia do Índio. O evento, realizado pela Fundação Nacional do Índio e São Arsenal, contou com o apoio do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e reuniu representantes de instituições governamentais, não-governamentais e religiosas que possuem acervos documentais (textual e iconográfico) e etnográficos sobre a tradição dos povos indígenas do Brasil, principalmente do Mato Grosso. O encontro surgiu da necessidade de proporcionar maior divulgação da existência de conjuntos documentais de cada uma das instituições convidadas e facilitar o acesso aos estudiosos interessados na documentação relativa à história indígena e do indigenismo.

Dentre as instituições que participaram desse evento, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMG e a Academia Mato-Grossense de Letras - AML, instituições que compõem o Casa Barão de Itaipava, localizada no Centro Histórico de Curitiba, apresentaram uma importante contribuição por meio de seus acervos institucionais.

ÍNDIOS E ACERVOS UMA VIAGEM ETNOGRÁFICA

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa

[...] esteve a cargo de um grupo de pesquisadores, constituído de 13 pesquisadores, considerados Sócios Fundadores e de 10 pesquisadores, por iniciativa dos projetos Esauíto de Instituição e pelo reconhecimento de uma parceria institucional. O grande leque dessa movimentação foi o envio, Presidente do Estado, Arcebispo e D. Francisco de Aquino Gomes, NCM/ITPA, 2004.

Investigadora da Fundação Nacional do Índio, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Membro Honorária pela Unigran, Cole Redal de Mato Grosso, Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, e Professora de Curso Universitário (UNIVAG).

Colaboradora com o Centro de Pesquisa da Fundação Nacional do Índio, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Museu de História Natural e de Antropologia, da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, Museu Ruyton da Universidade Federal de Mato Grosso, Organização Amizade Nutric, Conselho Indígena Missionário, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, Arquivo Missionário da Assembleia Legislativa, Arquivo do Estado de Diamantina, Arquivo Público de Mato Grosso, Coleções de Arquivos Indígenas.

O título deste artigo, *Índios e acervos: uma viagem etnográfica*, foi inspirado no seminário ocorrido entre os dias 15 e 16 de abril de 2002, no Cine Sesc-Arsenal, em Cuiabá, por ocasião das comemorações alusivas ao Dia do Índio. O evento, realizado pela Fundação Nacional do Índio e Sesc-Arsenal, contou com o apoio do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e reuniu representantes de instituições governamentais, não-governamentais e religiosas que possuem acervos documentais (textual e iconográfico) e etnográficos sobre a temática dos povos indígenas do Brasil, principalmente do Mato Grosso². O encontro surgiu da necessidade de propiciar uma maior divulgação da existência do conjunto documental de cada uma das instituições convidadas e facilitar o acesso ao estudioso interessado na documentação relativa à história indígena e do indigenismo.

Dentre as instituições que participaram desse evento, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT e a Academia Mato-Grossense de Letras - AML, instituições que compõem a Casa Barão de Melgaço, localizada no Centro Histórico de Cuiabá, dispõem de um precioso conjunto documental composto por acervos institucionais e privados.

O IHGMT foi criado em fevereiro e instalado no dia 8 de abril de 1919 por ocasião das comemorações alusivas ao bicentenário da fundação de Cuiabá. A iniciativa da constituição do referido instituto:

[...] esteve a cargo de um grupo de intelectuais, em número de 12, considerados Sócios Fundadores e os responsáveis pela elaboração dos primeiros Estatutos da instituição e pelo tracejamento de seus rumos iniciais. O grande líder dessa movimentação foi o então Presidente do Estado, Arcebispo D. Francisco de Aquino Corrêa (SIQUEIRA, 2004).

¹Pesquisadora da Fundação Nacional do Índio, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco e Professora do Centro Universitário - UNIVAG.

²O seminário contou com a presença da Fundação Nacional do Índio, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Museu de História Natural e de Antropologia, da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, Museu Rondon da Universidade Federal de Mato Grosso, Operação Amazônia Nativa, Conselho Indigenista Missionário, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, Arquivo Memória da Assembléia Legislativa, Arquivo da Missão de Diamantino, Arquivo Público de Mato Grosso, Coordenadoria de Assuntos Indígenas.

Seu acervo documental, ordenado por série, compõe-se de aproximadamente dois mil papéis constituídos por textos, obras não publicadas, originais e provas de obras escritas por seus associados, correspondências, além da coleção completa de textos publicados em sua revista anual.

Em relação à Academia Mato-Grossense de Letras, primeiramente intitulada Centro Mato-grossense de Letras, fundado em 1921, originou-se do movimento de intelectuais que objetivavam registrar, enaltecer e divulgar a produção literária do Estado. Há em seu arquivo 2.500 papéis, também ordenados por Séries Documentais e catalogados cronologicamente.

Nesse conjunto, têm destaque cinco acervos: o fotográfico, o de jornais, o de objetos, os institucionais e os privados, além da Biblioteca. Como o recorte temático deste ensaio tem o propósito de apresentar os papéis avulsos da instituição referentes aos índios e à política indígena, trago a relação de documentos do Arquivo da Academia Mato-Grossense de Letras, do Instituto de Pesquisas D. Aquino Corrêa Colônia, Império e República e do Arquivo Privado Ramiro Noronha onde comprova-se a presença indígena na Casa Barão de Melgaço.

A partir do relatório final *Preservando o patrimônio cultural: a Casa Barão de Melgaço* coordenado pela Curadora da Casa Barão de Melgaço, Prof^a Dr^a Elizabeth Madureira Siqueira, *Índios e acervos: uma viagem etnográfica* proponho-me a inventariar o conjunto documental referente ao segmento indígena e do indigenismo. Esse relatório final, produzido em CD-ROM no ano de 2004, apresenta os acervos e coleções da Casa Barão de Melgaço. Consiste no resultado de um projeto financiado pelo CNPq/Projeto Norte, Universidade Federal de Mato Grosso/Instituto de Educação.

A documentação existente no Arquivo da Casa Barão de Melgaço referente ao índio e ao indigenismo pode ser avaliada, em termos quantitativos e qualitativos, como sendo uma massa volumosa de peças documentais de grande preciosidade para interessados em pesquisar sobre a questão indígena e a história da formação da fronteira Oeste do Brasil. O estado de conservação de cada um dos manuscritos é variável. Alguns chegaram à instituição parcialmente deteriorados e manchados pela ação de microorganismos e perfurados por insetos que são os responsáveis pelo rendilhamento do papel, termo que designa os danos causados por insetos que comprometem a escrita, deixando-a fragmentada, com falhas que muitas vezes dificultam a compreensão de parte do manuscrito.

Em relação à temática indígena, o acervo acumulado pela Academia Mato-Grossense de Letras oferta ao leitor ávido por estudos indígenas, o texto intitulado *Nótulas Morfemo - Etimológica de língua Bororo*, de autoria de César Albisetti, de 1954. O Arquivo da Casa Barão de Melgaço não comporta apenas os acervos dessas duas instituições, mas também o Instituto de Pesquisas D. Aquino Corrêa - IPDAC corresponde àqueles escritos coligidos por historiadores, compondo-se de papéis

produzidos por instituições extintas. Primeiramente, o Pe. Wanir Delfino César responsabilizou-se pelo trabalho de catalogação desses documentos e, mais tarde, sob os cuidados do Pe. Pedro Cometti, pôde-se dar continuidade à preservação e catalogação desse acervo. Coube à Curadoria da Casa Barão de Melgaço estabelecer uma catalogação minuciosa e individualizada das peças documentais. A organização do conjunto documental acha-se dividida em Colônia, Império e República e refere-se às:

[...] correspondências dos capitães-generais, cartas de sésarias, escritos do Pe. José Manuel de Siqueira, notícias sobre os estabelecimentos que guarneciam a fronteira oeste, com especial destaque para os Fortes de Coimbra, Príncipe da Beira e Bragança; documentos pertinentes às capelas, igrejas e também aqueles referentes à fase em que Cuiabá se transformara em Prelazia e, posteriormente, em Diocese, com especial destaque para a documentação referente às Irmandades religiosas, dentre tantos (SIQUEIRA, 2004).

Os documentos do IPDAC, nessa medida, datam dos séculos XVIII, XIX e XX. Esse acervo compõe-se de cartas, ofícios, portarias, memórias, instruções, ordens régias, requerimentos e relações e corresponde ao arquivo onde mais há a papéis avulsos comprovando a presença indígena na Casa Barão de Melgaço, seguido do Acervo Privado Ramiro Noronha. O manuscrito de 1722, o mais antigo trata de um *relato anônimo sobre o estabelecimento dos índios no aldeamento do lugar denominado Guimarães* (ACBM/IPDAC, Pasta 88, N° 1502, Caixa 24).

Essa presença indígena se torna ainda mais visível através dos documentos referentes aos índios *Bororos, Chiquitos, Guaná, Guaicurus, Caduveus, Kinikinaos, Caiuás, Pamas, Cabaçais, Paiaguás, Caiapós e Coaruna*, conforme os verbetes indicativos no catálogo do acervo documental do IPDAC, onde se encontram também documentos que não determinam com precisão a denominação da etnia, mas indicam sua localidade, vindo a ser uma preciosa pista para a descoberta de sua identidade: *índios da estrada do Caiçara ao Jauru, da aldeia Bom Conselho, do lugar chamado Guimarães, da Província de Chiquitos, da Província, do território mato-grossense, da aldeia Nioaque, da Capitania, das colônias portuguesas, do Pará e Maranhão, do Salto Grande, da região, Freguesia de Santana, do Forte de São Carlos, da Colônia Tereza Cristina, do rios Tapajós e Madeira*. Alguns manuscritos dessa mesma coleção não fornecem a denominação indígena e nem mesmo a localidade onde se encontram; outras peças documentais foram geradas pela Diretoria Geral dos Índios.

Na categoria de Acervos Privados, o de Ramiro Noronha, doado por seus familiares após a sua morte e recebidos pela Casa Barão de Melgaço, registra a trajetória desse militar e político durante o período em que atuou junto ao Serviço de Proteção aos Índios - SPI. A espécie documental caracteriza-se por ser extremamente

diversificada, integrada por cadernetas de campo, fotografias³, mapas, plantas, recortes de jornal, relatórios e correspondência.

As cadernetas e os papéis avulsos, peças inestimáveis do Acervo Particular de Ramiro Noronha, integram notícias referentes os índios Bororo, Bakairi, Xavante, Oaié, de Águas Belas, da Colônia Tereza Cristina, dos Postos Indígenas Bakairi, Simões Lopes e Perigara. Há, ainda, importantes relatos sobre Rosa Bororo, Coronel Fawcett, Theodore Roosevelt, Cândido Mariano da Silva Rondon, dentre outros, além de um volume considerável concernente aos trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas e pelo Serviço de Proteção aos Índios.

A documentação traz, principalmente, o relato das atividades desenvolvidas nos Postos Indígenas e nas aldeias dos índios da região Centro-Oeste. Ramiro Noronha ingressou no SPI a convite de Cândido Mariano da Silva Rondon para trabalhar na instalação de Postos Indígenas, bem como nas aldeias dos índios da região Centro-Oeste.

A existência de catálogos, inventários, instrumentos e guias de pesquisa que tratam da história do índio no Brasil não vem a ser uma novidade para aqueles que freqüentam arquivos em busca de documentos dessa natureza. Alguns arquivos mato-grossenses disponibilizam ao pesquisador instrumentos de pesquisa que são verdadeiros guias, amenizando sua longa jornada e proporcionando-lhes o rápido acesso às informações.

Preservando o patrimônio cultural: a Casa Barão de Melgaço, ao integrar a constelação dos preciosos guias disponíveis aos estudiosos interessados no Mato Grosso, cumpre não somente a incumbência da guarda, preservação e difusão de memórias, mas vem a ser um instrumento fundamental ao pesquisador que busca alicerce à construção de novos objetos, novos problemas e novas abordagens historiográficas⁴.

No que diz respeito aos guias de pesquisas, Mato Grosso integra o rol dos Estados privilegiados, pois as instituições de pesquisa preocupam-se também com a preservação da peça documental, já que o estudioso não necessita manusear documento por documento em busca das informações que lhe interessam. O guia, cumprindo sua função de facilitador da busca, poupa o documento de ser em vão folheado e, dessa forma, preserva-o, pois alguns se acham em estado de conservação comprometido.

No Rio de Janeiro, o Museu do Índio, da Fundação Nacional do Índio, disponibiliza dois importantes instrumentos e pesquisa. Em 1995, em parceria com a Fundação Biblioteca Nacional editou *Inventário Analítico do Arquivo do Serviço de Proteção*

³O acervo fotográfico é composto de um álbum contendo aproximadamente 517 fotos, além das 59 fotografias avulsas.

⁴Durante as pesquisas direcionadas ao curso de mestrado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, anos de 1999 e 2000, quando tive a oportunidade de consultar o acervo do Arquivo da Casa Barão de Melgaço ainda durante a fase de levantamento documental e elaboração dos verbetes.

aos Índios - SPI, de Rosely Curi Rondinelli e trazem informações referentes à documentação proveniente das Inspetorias Regionais, Delegacias, Parques, Postos Indígenas do SPI; em 1997, da mesma autora, o *Inventário Analítico do Arquivo Permanente do Museu do Índio - FUNAI: documentos textuais de 1950-1994*, apresenta mais de quatro mil documentos textuais que compõem o arquivo permanente daquela instituição, constituídos por correspondências, atos normativos, relatórios, programação de atividades e projetos⁵.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ realizou um trabalho similar, porém mais abrangente, já que engloba os principais arquivos daquela cidade. Elaborou nos anos de 1995 e 1996, sob a coordenação de José Ribamar Bessa Freire, dois volumes intitulados *Os Índios em arquivos no Rio de Janeiro*. Esses guias de fontes, além de fornecer dados cadastrais para cada instituição, condição de acesso, horários de atendimento ao público, possibilidades de obtenção de cópias, além das sínteses dos conjuntos documentais, trazem índices étnico, temático, geográfico e onomástico, facilitando ainda mais o acesso documental.

No ano de 1994, o Estado de São Paulo trouxe a sua valiosa contribuição com a obra *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: acervos das capitais*, coordenado pelo historiador John Manuel Monteiro e elaborado pelo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, abrangendo acervos de praticamente todo o país.

Em Mato Grosso há também importantes instituições promotoras da preservação da memória no âmbito documental. A Fundação Cultural de Mato Grosso oportunizou, no ano de 1977, a pedido de Lenine Póvoas, a publicação do inventário organizado por Vera Randazzo intitulado *Catálogo de documentos históricos de Mato Grosso* que divulga parte da documentação do Arquivo Público de Mato Grosso composto por cartas régias, alvarás e providências. Além desse conjunto de manuscritos que abrange o período de 1719 a 1753, o catálogo também oferta uma relação de artigos de jornais que faz parte da hemeroteca da instituição.

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso ocupa um lugar de destaque junto às instituições federais que produzem instrumentos de pesquisa, ao oferecer importantes publicações, não propriamente voltadas aos índios e à política indigenista. Editou, em

⁵No ano de 2002, o Museu do Índio publicou, sob a coordenação de Sonia Otero Coqueiro, *Povos indígenas no Sul da Bahia. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)*, guia de fontes relativas ao acervo de documentos textuais do Fundo Serviço de Proteção aos Índios - SPI, volume dedicado exclusivamente aos povos indígenas do sul da Bahia, inaugurando a Coleção Fragmentos da História do Indigenismo, 1. O catálogo engloba a documentação produzida durante o século XX, desde a década de 1910 a 1967 e retrata a cronologia da política indigenista praticada nesse período e da formação e demarcação da reserva indígena do sul da Bahia, na área onde foram instalados os postos Caramuru e Paraguaçu (COQUEIRO, 2002, p.27).

quatro volumes, o *Inventário de documentos históricos sobre o centro-oeste*, Coleção Documentos Ibéricos, Série Inventários, de Maria Cecília Guerreiro de Souza. Essa coleção é formada por microfichas referentes à documentação do período Colonial mato-grossense existente em diversos arquivos portugueses. Também não vem a ser propriamente um guia de fontes específico à história indígena e da política indigenista, mas constitui-se em um importante instrumento de pesquisa e que se consultado concomitantemente ao *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: acervos das capitais* tornam essas informações mais preciosas. Apresenta um verbete que consolida o teor de cada uma das peças documentais que compõem o acervo. Tanto os dois guias editados no Rio de Janeiro como o de São Paulo não registram verbetes individuais para cada um dos documentos - apresentam a natureza do conjunto documental.

Prosseguindo com a apresentação dos instrumentos de pesquisas elaborados pelo NDIHR, aponto a coleção Documentos Ibéricos, Série Capitães-generais, intitulada *Antônio Rolim de Moura: correspondências*, composta por quatro volumes. Ao contrário dos demais guias, traz, na íntegra, e com grafia atualizada, a correspondência do primeiro governador de Mato Grosso com a metrópole. No ano de 1991, o NDIHR enriqueceu ainda mais a sua série de instrumentos de pesquisa ao editar o *Inventário Analítico: correspondência do 2º governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso*, organizado por Edvaldo de Assis e Margarida M. de Andrade Nogueira. Esse catálogo apresenta, de forma sucinta, a descrição de cada uma das cinquenta e três correspondências de João Pedro da Câmara (1765-1769), escritas em Vila Bela e na Fortaleza de N. Senhora da Conceição e enviadas a diversas autoridades. Traz informações adicionais como a data em que o documento foi elaborado, destinatário, quantidade de fotogramas e, a respeito da localização da correspondência na microficha, o seu número e documento. A documentação original encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa.

Da mesma forma, o *Catálogo de verbetes dos documentos manuscritos avulsos da capitania de Matto Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa: fontes para a história da Capitania de Matto Grosso 1720-1827*, editado pela Casa Memória Arnaldo Estevão de Figueiredo não se refere exclusivamente aos manuscritos referentes à historiografia dos índios da Capitania de Mato Grosso, mas não poderia deixar de ser aqui mencionado, pois contém farta informação sobre a relação entre os colonizadores e índios. Apresenta, de forma sistemática, toda a documentação concernente à Capitania de Mato Grosso depositada no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Além do mais, esse acervo documental não se encontra somente além mar, acessível a uma reduzida e privilegiada parcela de pesquisadores brasileiros. A publicação inclui nove CD-ROM que trazem, na íntegra, o teor dos manuscritos⁶.

⁶O teor desse conjunto documental também pode ser consultado integralmente através da home page www.casadamemoria.org.br. O lançamento desse guia teve grande repercussão: no dia 4 de setembro de 2002, quando Francisco Weffort, Ministro da Cultura, diante às autoridades e especialistas da área, entregou aos governos de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia a documentação colonial da antiga Capitania de Mato Grosso.

Mato Grosso também oferta ao pesquisador *Memória da Igreja em Mato Grosso: o arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá: catálogo de documentos*, coordenado pela Prof^a Dr^a Maria Adenir Peraro. O projeto de recuperação, preservação e arranjo refere-se à documentação do século XVIII existente no arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá produzida pela Igreja Católica em Mato Grosso. Registros como batizados, casamentos e óbitos passaram a ser lavrados em livros de forma sistemática e, conseqüentemente, possibilitando uma gama de informações referentes à

[...] história dos brancos com os grupos indígenas que viviam e ainda vivem em Mato Grosso e próximos a Cuiabá, como os Bororo Coroado e os Guaná. Nesse sentido é que tais fontes ganham evidência, pois podem revelar aspectos da sociedade de Mato Grosso e, de forma ampla, da própria sociedade do Brasil, ainda não devidamente abordados (PERARO, 2002, p. 20).

Também marca a presença, sob a coordenação de Maria Adenir Peraro, *A população urbana de Cuiabá em 1890*, documentos digitalizados do Arquivo Público de Mato Grosso, em Cuiabá, disponível em CD-ROM. Essa documentação refere-se aos dois livros manuscritos de 1890 intitulados *Quadro geral da população urbana do 1º Distrito da Capital e Quadro Geral da Freguesia de São Gonçalo, 2º Distrito da Capital*. Esse instrumento de pesquisa não vem a ser propriamente um catálogo de fontes, mas traz, na íntegra, o resultado do segundo recenseamento do Brasil e o primeiro da República. Dados adicionais encontram-se nessa documentação, como as

[...] informações contidas nos livros expressam um valor inestimável pelas possibilidades de pesquisas e análises que abrem sobre o traçado urbano e a performance da população de Cuiabá em sua estrutura e dinâmica, tais como: nomes das ruas com seus respectivos moradores segundo o nome do indivíduo, idade, profissão, raça, estado civil, religião, nacionalidade, instrução, se frequenta ou não escola e defeitos físicos, os quarteirões, as casas que eram habitadas, as praças e os edifícios públicos, as casas de telhas, de capim/cabanas, e as corporações militares (PERARO, 2005).

O Relatório Final *Preservando o patrimônio cultural: a Casa Barão de Melgaço* constitui, sem dúvida, um precioso guia de fontes enriquecendo, de maneira ímpar, a plêiade de catálogos publicados que dão especial atenção ao Estado de Mato Grosso. O arranjo, catalogação, informatização e microfilmagem do acervo documental e bibliográfico da Casa Barão de Melgaço oportunizam ao pesquisador estar diante de fatos pretéritos ávidos por novos olhares e, sobretudo, por descobertas historiográficas.

Durante meus estudos, tive o privilégio de ter tido a oportunidade de manusear os manuscritos pertencentes à Casa Barão de Melgaço. Privilégio que não recai somente ao conhecimento dessas preciosas peças que compõem o arquivo, mas, também por conviver alguns momentos no ambiente de trabalho metodológico desenvolvido pela coordenação do projeto e pelo grupo de bolsistas, selecionando os documentos, ordenando-os cronologicamente e aconchegando-os em pastas para, finalmente proceder à leitura minuciosa dos textos, a fim de construir os verbetes.

Após o conhecimento do roteiro da viagem etnográfica através das instituições que disponibilizam um guia de pesquisa aos viajantes interessados em adentrar nos territórios indígenas e ter a oportunidade de conhecer seus modos de viver, prossigo com a apresentação de verbetes existentes no Arquivo da Casa Barão de Melgaço. Todos eles foram selecionados do Relatório Final *Preservando o patrimônio cultural: a Casa Barão de Melgaço*. Transcrevo-os na íntegra, respeitando a ordem de apresentação e indicando o nome do arquivo e seus registros individuais. Na sua redação, optei por destacar as etnias, instituições e lugares dos índios:

ACBM/AML Caixa 20. N° 4.188

Texto Nótulas Morfemo - Etimológica de língua **Bororo**, de autoria de César Albisetti.
São Paulo, 24 de agosto de 1954

Instituto de Pesquisa D. Aquino Corrêa - IPDAC

Colônia

ACBM/IPDAC Pasta 88. N° 1502. Caixa 24

Relato anônimo sobre o estabelecimento dos **índios no aldeamento do lugar denominado Guimarães**.

S/local, 1722 (documento danificado)

ACBM/IPDAC Pasta 3. N° 2282. Caixa 46

Ofício do Vigário da vara da Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá a diversas autoridades da capitania discorrendo sobre assuntos ligados à catequese dos **Índios** e solicitando mais padres para a diocese de Cuiabá.

Cuiabá, 1755-1866

ACBM/IPDAC Pasta 23. N° 1409. Caixa 8

Carta da Rainha de Portugal a D. Francisco Rolim de Moura discorrendo sobre problemas causados pelos jesuítas espanhóis, violência dos **índios Paiaguás**, aldeias e missões jesuítas, defesa da fronteira, rio Guaporé, escravidão e falta de soldados na fronteira.

Lisboa, 11 de dezembro de 1757

ACBM/IPDAC Pasta 23. n° 1452. Caixa 8

Instrução do Rei de Portugal ao capitão-general da província de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, sobre os direitos dos **índios de todas as colônias portuguesas**, especialmente o Brasil.

Belém, 8 de agosto de 1758

ACBM/IPDAC Pasta 23. N° 1408. Caixa 8

Ordem Régia da rainha Mariana da Áustria a D. Antônio Rolim de Moura regulamentando a cristianização dos **índios** pelos missionários, assim como instruindo-o para que desse-lhes o apoio necessário.

Belém, 8 de agosto de 1758

ACBM/IPDAC Pasta 24. N° 615. Caixa 8

Carta de Tomé Joaquim da Costa Fonte Júnior a Antônio Rolim de Moura comunicando a respeito das leis da Metrópole mandadas publicar quanto à liberdade dos **índios do Pará e Maranhão**, bem como da Pastoral que o Bispo lançou em maio de 1757.

Belém, 31 de agosto de 1758

ACBM/IPDAC Pasta 74. N° 1442. Caixa 23

Carta de Marcos Carvalho para o Governador da Capitania, relatando sobre povoações **indígenas do Salto Grande**.

S. local, 26 de setembro de 1760

ACBM/IPDAC Pasta 24. N° 631. Caixa 8

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho tratando dos relatos das condições de vida na nova povoação de Salto Grande e sobre as povoações **indígenas da região**.

Borba, 26 de setembro de 1760

ACBM/IPDAC Pasta 23. N° 1389. Caixa 8

Carta de D. Francisco Xavier de Mendonça Furtado a D. Antônio Rolim de Moura versando sobre o estabelecimento do **Diretório dos Índios**.

Palácio de Nossa Senhora da Ajuda (Belém), 18 de junho de 1761

ACBM/IPDAC Pasta 23. N° 1373. Caixa 8

Carta de D. Francisco Xavier de Mendonça Furtado a D. Antônio Rolim de Moura versando sobre a presença de jesuítas na capitania, mudança da Ouvidoria de Cuiabá para Vila Bela, ocupação do sítio das Pedras e de Santa Rosa, tratado de limites,

estabelecimento do governo civil dos **índios aldeados e fronteira em geral**.
Palácio de Nossa Senhora da Ajuda (Belém), 18 de junho de 1761

ACBM/IPDAC Pasta 166. N° 2287A. Caixa 45

Carta de Felipe Joaquim Rodrigues vigário dos **índios**, para o Sargento-mor Antônio Rodrigues Martins, enviando uma relação de gêneros que necessita para uso dos mesmos.

Pará, 8 de março de 1766

ACBM/IPDAC Pasta 24. N° 598. Caixa 8

Carta de Fernando da Costa para João Pedro da Câmara, Capitão-General de Mato Grosso solicitando ordem do vigário para nomear alguns sacerdotes para curarem as almas dos **índios da capitania de Mato Grosso**.

Pará, 15 de julho de 1767

ACBM/IPDAC Pasta 166. N° 2248C. Caixa 45

Ofício de Fernanda da Costa (ilegível) ao Cap. General de Mato Grosso, João Pedro da Câmara, discorrendo sobre a vinda de 2 sacerdotes para cuidar dos **índios**.

Pará, 10 de novembro de 1768

ACBM/IPDAC Pasta 95. N° 1457. Caixa 25

Bando determinando aos Generais da província de Mato Grosso que informassem sobre a existência de **índios** que estivessem fora das aldeias, bem como a relação dos mesmos: idade, sexo, etc.

Vila Bela, 11 de abril de 1769

ACBM/IPDAC Pasta 22. N° 1699. Caixa 8

Ofícios do vigário capitular da Diocese do Pará, Giraldo José de Abranches, ao governador da capitania de Mato Grosso solicitando sacerdotes para trabalhar na catequese dos **índios**.

Belém, 17 de junho de 1769

ACBM/IPDAC Pasta 95. N° 1480. Caixa 25

Bando facultando aos índios o governo civil e criando uma Colônia em Santo Antônio do Rio Abaixo, a fim de abrigar os **índios** que por ventura quisessem ser assim administrados.

Cuiabá, 6 de setembro de 1769

ACBM/IPDAC Pasta 97. N° 2128. Caixa 25

Carta de João Batista Duarte ao capitão general discorrendo sobre a organização de uma bandeira para combater os **índios Caiapó**, de acordo com os princípios da guerra justa.
Cuiabá, 7 de abril de 1771

ACBM/IPDAC Pasta 74. N° 1437. Caixa 23

Carta de Luiz Pinto de Souza Coutinho para o Governador da Capitania de Goiás primeiramente agradecendo por convidá-lo a continuar no governo e em segundo discorre sobre os **índios Caiapó**.

Vila Boa, 31 de julho de 1771

ACBM/IPDAC Pasta 88. N° 1540. Caixa 24

Carta de sesmaria concedida por D. Antônio Rolim de Moura aos **índios da freguesia de Santana**, termo da Vila do Cuiabá.

Vila Bela, 17 de agosto de 1771

ACBM/IPDAC Pasta 177. N° 31ªA. Caixa 44

Ofício de A. Marcos de Oliveira ao Capitão-General comunicando a situação da povoação de Salto onde se encontravam os **índios chamados Coaruna**, acampados à margem do rio do mesmo nome.

Balsemão, 23 de fevereiro de 1772

ACBM/IPDAC Pasta 88. N° 1506. A Caixa 24

Carta de Agapin Leme da Silva ao governador da capitania Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres discorrendo sobre o comportamento dos **índios**.

Guimarães, 4 de novembro de 1772

ACBM/IPDAC Pasta 97. N° 2130. Caixa 25

Requerimento (assinatura ilegível) solicitando autorização da Diretoria Geral de Índios para organização de uma bandeira contra os índios **Bororos**.

Cuiabá, 5 de julho de 1773

ACBM/IPDAC Pasta 101. N° 2306. Caixa 26

Carta de Manuel Francisco da Silva para o Presidente da Província de Mato Grosso discorrendo sobre a organização de bandeira para apresamento de **índios**, assim como sobre as dificuldades do sertão.

Cuiabá, 19 de julho de 1773

ACBM/IPDAC Pasta 80. N° 1909. Caixa 22

Carta de José Pinheiro Lacerda a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres comunicando que chegou ao Forte do Príncipe da Beira o licenciado José Inácio Mendes com **índios** da mesma missão querendo proteção.

Forte do Príncipe da Beira, 9 de janeiro de 1788

ACBM/IPDAC Pasta 80. N°1888. Caixa 22

Carta do capelão, Vicente José da Gama Leal, a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres solicitando auxílio financeiro para a Igreja da Aldeia da Missão de Santana, a fim de que o sacerdote dela, João José Gomes da Costa, possa construir um templo para os **índios**.

Cuiabá, 25 de setembro de 1789

ACBM/IPDAC Pasta 177. N° 24A. Caixa 44

Cópia da carta de Francisco do Prado ao Coronel José [ilegível] comunicando as providências tomadas para o encontro do Pe. Dom Pedro com os comandantes dos **índios Guaicuru**.

S.Local, 16 de julho de 1797

ACBM/IPDAC Pasta 80. N° 1912. Caixa 22

Carta de Ricardo Franco de Almeida Serra ao capitão e governador da capitania de Mato Grosso relatando as atividades e contatos com os **índios Guanás**.

Presídio de Coimbra, 6 de setembro de 1797

ACBM/IPDAC Pasta 68. N° 1377. Caixa 20

Carta de Ricardo Franco de Almeida Serra do Capitão-General de Mato Grosso discorrendo sobre os índios Guaná e suas diferenças com os **Guaicuru**.

Coimbra, 6 de setembro de 1797

ACBM/IPDAC Pasta 74. N° 1450. Caixa 23

Carta de Francisco Prado ao Sr. Ricardo Franco de Almeida Serra relatando o envio de relatório semestral relativo ao ano de 1798, no qual explicita as despesas com os **índios**.

Miranda, 17 de janeiro de 1799

ACBM/IPDAC Pasta 67. N° 1945. Caixa 19

Ofício de Ricardo Franco de Almeida Serra a Caetano Pinto de Miranda Montenegro

comunicando recebimento de carta do ajudante Francisco Rodrigues do Prado discorrendo sobre a situação dos **índios** e sobre a fronteira com os espanhóis.

Forte de Coimbra, 10 de abril de 1800

ACBM/IPDAC Pasta 67. N° 1946. Caixa 19

Ofício de Francisco Rodrigues do Prado a Ricardo Franco de Almeida Serra comunicando ter chegado no acampamento de Miranda 3 índios **Guanás** em companhia de um tal João.

Miranda, 10 de abril de 1800

ACBM/IPDAC Pasta 67. N° 1959. Caixa 19

Ofício de Francisco Roiz do Prado a Ricardo Franco de Almeida Serra comunicando ter conversado com os **índios Guaicuru** que iam para o Paraguai.

Presídio de Miranda, 22 de maio de 1800

ACBM/IPDAC Pasta 67. N° 1960. Caixa 19

Ofício de Manuel Rios a Francisco Rodrigues do Prado comunicando da chegada de **índios do Forte de São Carlos** para o de Coimbra. Em anexo, correspondência incompleta referente aos espanhóis.

Forte de São Carlos, 30 de maio de 1800

ACBM/IPDAC Pasta 6. N° 1960. Caixa 19

Ofício de Manuel Rios a Francisco Rodrigues do Prado comunicando da chegada de **índios do Forte de São Carlos** para o de Coimbra. Em anexo, correspondência incompleta referente aos espanhóis.

Forte de São Carlos, 30 de maio de 1800

ACBM/IPDAC Pasta 67. N° 1886. Caixa 19

Ofício de Ricardo Franco de Almeida Serra a Caetano Pinto de Miranda Montenegro discorrendo sobre a viagem que o capitão **Guaicuru**, Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Aires Pinto, juntamente com suas esposas, fazem à Vila do Cuiabá e que os homens estavam sob o comando de Manuel Veloso, por confiarem muito nele e por entender a língua dos citados índios.

Forte de Coimbra, 10 de setembro de 1800

ACBM/IPDAC Pasta 67. N° 1904. Caixa 19

Ofício de Ricardo Franco de Almeida Serra a Caetano Pinto de Miranda Montenegro

comunicando seu estado de saúde, assim como sobre os incômodos que tinha com os **índios**.

Forte de Coimbra, 10 de setembro de 1800

ACBM/IPDAC Pasta 67. N° 1884. Caixa 19

Ofício de Ricardo Franco de Almeida Serra a Caetano Pinto de Miranda Montenegro comunicando a chegada, ao Presídio de Coimbra mais de 200 **índios Caduveus** com cinco capitães, e que a viagem projetada contra os **Bororo** ficara transferida para outra ocasião.

Forte de Coimbra, 28 de outubro de 1800

ACBM/IPDAC Pasta 67. N° 1969. Caixa 19

Ofício de Francisco Rodrigues do Prado a Ricardo Franco de Almeida Serra acusando recebimento de carta datada de 6 de novembro contando que chegara o capitão **Guaicuru**. Discorre ainda sobre os espanhóis que estavam construindo casas em Vila Real.

Miranda, 10 de novembro de 1800

ACBM/IPDAC Pasta 18B. N° 637. Caixa 4

Carta de João Manuel de Sousa Lobo a Caetano Pinto de Miranda Montenegro discorrendo sobre a **catequese indígena**.

Presídio de Coimbra, 18 de dezembro de 1800

ACBM/IPDAC Pasta 67. N° 1902. Caixa 19

Ofício de Ricardo Franco de Almeida Serra a Caetano Pinto de Miranda Montenegro informando que os **índios do Presídio de Coimbra** queriam ir para o lado espanhol, assim como os de Albuquerque, porém estes não se sentiam satisfeitos, pois as últimas vezes que estiveram em São Carlos não gostaram das naus recebidas dos espanhóis que lhes solicitaram passaportes.

Forte de Coimbra, 21 de dezembro de 1800

ACBM/IPDAC Pasta 67. N° 1661. Caixa 19

Carta de Ricardo Franco de Almeida Serra a Caetano Pinto de Miranda Montenegro relatando sobre a visita do capelão no Forte de Bourbon e sobre os **índios Guaicuru, Guaná** e ainda sobre os espanhóis. Em anexo, duas cartas datadas do mesmo ano.

Forte de Coimbra, 21 de julho de 1801

ACBM/IPDAC Pasta 97. Nº 2129. Caixa 25
Relatório da derrota sofrida por Manuel da Costa Pereira contra os **índios Bororos**, em 1807.

Vila Maria, 9 de novembro de 1807

ACBM/IPDAC Pasta 70 nº1791 Caixa 20

Carta do Ouvidor Feral da Comarca de Cuiabá a diversos cidadãos daquela vila discorrendo sobre o povoamento do sertão, do varadouro de Camapuã. Questão **indígena**, abertura de estrada por terra, escravos e sesmarias.

Cuiabá, 20 de outubro de 1810

ACBM/IPDAC Pasta 76. Nº 1516. Caixa 46

Ofício do Comandante Rivera ao Capitão General João Carlos Oeynhausien discorrendo sobre a fronteira de Mato Grosso com as missões de **Chiquitos**.

Vila Bela, 26 de outubro de 1815

ACBM/IPDAC Pasta 71. Nº 1864. Caixa 21

Ofício de Manuel Rebelo Leite ao Comandante de Casalvasco, Luís Antônio de Sousa, informando ter recebido ofício comunicando a vinda do capitão espanhol Hormacche, comissionado do governo da província de **Chiquitos** para receber armamentos e cavalgadas.

Comarca de Mato Grosso, 22 de agosto de 1819

ACBM/IPDAC Pasta 71. Nº 1868. Caixa 21

Ofício de Manuel Rebelo Leite a Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho comunicando a passagem de Joaquim da Silva Prado, Manuel Joaquim e Frei Alexandre que seguiram até Casalvasco e depois se dirigiram à Província de **Chiquitos**.

Comarca de Mato Grosso, 12 de dezembro de 1819

ACBM/IPDAC Pasta 107. Nº 707. Caixa 27

Relatório apresentado por Domingos da Costa Monteiro, Alferes da região militar, por ordem do Capitão-General, sobre a existência de 3 cartas de sesmarias doadas uma, para **aldeamento de índios**, outra ao capitão Antônio Gomes da Costa e outra concedida ao capitão de ordenanças Antônio Luís da Rosa.

ACBM/IPDAC Pasta 67. Nº 1965. Caixa 19

Parte de uma correspondência discorrendo sobre o número de **índios aliados** que

habitavam a serra de Albuquerque. (Documento incompleto)

Presídio de Coimbra, século XIX

ACBM/IPDAC Pasta 103. N° 409. Caixa 26

Carta do Frei Manoel de Jesus Ribeiro ao arcebispo de Cuiabá, Dom Carlos Luiz de Amour, discorrendo sobre as dificuldades de comunicação com **índios** e falta de fiéis.

ACBM/IPDAC Pasta 88. N° 1502. Caixa 24

Relato sobre o estabelecimento dos **índios no aldeamento do lugar denominado Guimarães.**

Cuiabá, séc. XVIII

Instituto de Pesquisa D. Aquino Correa

Império

ACBM/IPDAC Pasta 168. N° 2137. Caixa 42

Ofício do Vice-Presidente da Província Sr. Manoel Alves Ribeiro, do Sr. José da Silva Fraga, discorrendo sobre os **índios que habitavam a sua fazenda entre a estrada de Caiçara ao Jauru.**

Vila Bela, 19 de setembro de 1843

ACBM/IPDAC Pasta 9. N° 195G. Caixa 2

Carta do Frei Mariano de Bagnaia para o Presidente da Província Augusto Leverger, descrevendo a situação dos **índios da aldeia do Bom Conselho.**

Missão do Bom Conselho, 10 de dezembro 1854.

ACBM/IPDAC Pasta 111. N° 1210. Caixa 28

Ofício de Antônio José do Couto ao Cel. Jerônimo Joaquim Nunes discorrendo sobre as terras que o mesmo roçou gratuitamente para a Igreja Matriz e questionando o direito da terra aos **índios do lugar.**

Lugar dos Guimarães, 28 de julho de 1825.

ACBM/IPDAC Pasta 18 A. N° 526. Caixa 3

Carta de Faustino ao Bispo de Cuiabá discorrendo sobre problema de fronteira com os **índios Chiquitos.**

Cuiabá, 28 de julho de 1825.

ACBM/IPDAC Pasta 18B. N° 662. Caixa 4

Texto sobre a anexação da **Província dos Chiquitos**. (V Tomos XVII XVIII)
Quartel de Casalvasco, 10 de novembro de 1825.

ACBM/IPDAC Pasta 163. N° 1288. Caixa 41

Relação dos **índios espanhóis** imigrados para a província de Mato Grosso da região Casalvasco para trabalharem nas lavouras de roças.
Cuiabá, 26 de março de 1834.

ACBM/IPDAC Pasta 92. N° 1011. Caixa 25

Ofício do quartel do comando Militar do baixo Paraguai, para o Sr. José Rufo de Pinho, Capitão Comandante Militar, comunicando a nomeação do índio, José Antônio, da **Nação Guaná**, para exercer cargo de Cabo de Esquadra em sua nação.
Albuquerque, 16 de janeiro de 1836.

ACBM/IPDAC Pasta 101. N° 2304. Caixa 26

Carta de José Garcia Leal para o Presidente da Província de Mato Grosso relatando que suas terras foram invadidas pelos **índios Guaicurus**.
Vila de Santana, 5 de março de 1840

ACBM/IPDAC Pasta 168. N° 2137. Caixa 42

Ofício do Vice-Presidente da Província Sr. Manoel Alves Ribeiro, do Sr. José da Silva Fraga, discorrendo sobre os **índios que habitavam a sua fazenda entre a estrada de Caiçara ao Jauru**.
Vila Bela, 19 de setembro de 1843.

ACBM/IPDAC Pasta 116. N° 827 Caixa 30

Ofício de José Rufo de Pinho, Comandante Militar do Baixo-Paraguai ao Presidente da Província, Ricardo José Gomes Jardim, informando sobre a situação dos **índios Caduveus (Guaicurus)**, perto do Forte Olimpo.
Albuquerque, 1° de agosto de 1846.

ACBM/IPDAC Pasta 139. N° 958. Caixa 33

Ofício de Vicente Coelho ao Major Joaquim José de Oliveira, Presidente da Província de Mato Grosso, discorrendo sobre a aldeia dos **índios Kinikinaos**.
Albuquerque, 11 de novembro de 1848.

ACBM/IPDAC Pasta 139. N° 931 Caixa 33

Ofício do Diretor Geral dos Índios Joaquim Alves Pereira ao Presidente da Província, Augusto Leverger, discorrendo sobre as atividades com os **indígenas da província**.
Cuiabá, 15 de abril de 1851.

ACBM/IPDAC Pasta 48. N° 1094. Caixa 15

Relatório das alterações ocorridas no decurso do ano de 1853, na aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho. Elaborada pelo Frei Mariano de Bagnia e enviado ao **Diretor Geral dos Índios**, Henrique José Vieira.

Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, 12 de janeiro de 1854.

ACBM/IPDAC Pasta 135. N° 927. Caixa 32

Ofício de Henrique José Vieira ao Presidente da Província, Augusto Leverger, discorrendo sobre as incursões **indígenas** em território mato-grossense.

Cuiabá, 17 de abril de 1854.

ACBM/IPDAC Pasta 97. N° 2138. Caixa 25

Carta de João Antônio Pinto da Silva ao Presidente da Província relatando os fatos ocorridos durante a expedição implementada pela **Diretoria Geral de Índios**.

Obs. Documento não localizado na Pasta.

Campo do rio Jacuri, 14 de setembro de 1854.

ACBM/IPDAC Pasta 9. N° 195G. Caixa 2

Carta do Frei Mariano de Bagnia para o Presidente da Província Augusto Leverger, descrevendo a situação dos **índios da aldeia do Bom Conselho**.

Missão do Bom Conselho, 10 de dezembro 1854.

ACBM/IPDAC Pasta 48. N° 1194. Caixa 15

Carta do Frei Ângelo do Carasanico ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, comunicando sua intenção de fazer com que os **índios** conheçam as riquezas da pátria celestial.

Missão do Conselho, 11 de outubro de 1858.

ACBM/IPDAC Pasta 9. N° 103. Caixa 2

Carta do Vice-Prefeito da missão do Bispado em Miranda ao Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho, comunicando que concedeu licença ao missionário Frei Ângelo Caramanico, para o mesmo ir até à capital para tratar pessoalmente do negócio

dos **índios Caiuás**, no lugar denominado Santa Maria, Sete Voltas.
Miranda, 15 de julho de 1864.

ACBM/IPDAC Pasta 38. N° 967. Caixa 12

Ofício do Pe. Ângelo ao Presidente da Província, Cel. Manuel Albino de Carvalho, comunicando ter chegado a Nioaque e comprado uma canoa para transporte dos **índios** até a aldeia.

Nioaque, 13 de novembro de 1864.

ACBM/IPDAC Pasta 16. N° 2084. Caixa 3

Carta discorrendo sobre a catequese dos **índios Pamas** de Mato Grosso.

Obs. Danificado parte do documento.

Sem data.

ACBM/IPDAC Pasta 168. N° 2137. Caixa 42

Ofício do Vice-Presidente da Província Sr. Manoel Alves Ribeiro, do Sr. José da Silva Fraga, discorrendo sobre os **índios que habitavam a sua fazenda entre a estrada de Caiçara ao Jauru**.

Vila Bela, 19 de setembro de 1843.

ACBM/IPDAC Pasta 111. N° 1210. Caixa 28

Ofício de Antônio José do Couto ao Cel. Jerônimo Joaquim Nunes discorrendo sobre as terras que o mesmo roçou gratuitamente para a Igreja Matriz e questionando o direito da terra aos **índios do lugar**.

Lugar dos Guimarães, 28 de julho de 1825.

ACBM/IPDAC Pasta 163. N° 1288. Caixa 41

Relação dos índios espanhóis imigrados para a província de Mato Grosso da região Casalvasco para trabalharem nas lavouras de roças.

Cuiabá, 26 de março de 1834

ACBM/IPDAC Pasta 163. N° 1288. Caixa 41

Ofício do quartel do comando Militar do baixo Paraguai, para o Sr. José Rufo de Pinho, Capitão Comandante Militar, comunicando a nomeação do índio, José Antônio, da **Nação Guaná**, para exercer cargo de Cabo de Esquadra em sua nação.

Albuquerque, 16 de janeiro de 1836.

ACBM/IPDAC Pasta 101. N° 2304. Caixa 26

Carta de José Garcia Leal para o Presidente da Província de Mato Grosso relatando que suas terras foram invadidas pelos índios Guaicurus.

Vila de Santana, 5 de março de 1840.

ACBM/IPDAC Pasta 168. N° 2137. Caixa 42

Ofício do Vice-Presidente da Província Sr. Manoel Alves Ribeiro, do Sr. José da Silva Fraga, discorrendo sobre os **índios que habitavam a sua fazenda entre a estrada de Caiçara ao Jauru.**

Vila Bela, 19 de setembro de 1843.

ACBM/IPDAC Pasta 139. N° 932. Caixa 33

Gráfico estatístico do estado dos **índios cabaçais aldeados no Jauru** e indicação do local para aldeamento dos índios.

S. Local, 16 de dezembro de 1844.

ACBM/IPDAC Pasta 116. N° 827. Caixa 30

Ofício de José Rufo de Pinho, Comandante Militar do Baixo-Paraguai ao Presidente da Província, Ricardo José Gomes Jardim, informando sobre a situação dos **índios Caduveus (Guaicurus)**, perto do Forte Olimpo.

Albuquerque, 1° de agosto de 1846.

ACBM/IPDAC Pasta 139. N° 958. Caixa 33

Ofício de Vicente Coelho ao Major Joaquim José de Oliveira, Presidente da Província de Mato Grosso, discorrendo sobre a aldeia dos **índios Kinikinaos.**

Albuquerque, 11 de novembro de 1848.

ACBM/IPDAC Pasta 139. N° 931. Caixa 33

Ofício do Diretor Geral dos Índios Joaquim Alves Pereira ao Presidente da Província, Augusto Leverger, discorrendo sobre as atividades com os **indígenas da província.**

Cuiabá, 15 de abril de 1851

ACBM/IPDAC Pasta 48. N° 1094. Caixa 15

Relatório das alterações ocorridas no decurso do ano de 1853, na **aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho.** Elaborada pelo Frei Mariano de Bagnaia e enviado ao Diretor Geral dos índios, Henrique José Vieira.

Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, 12 de janeiro de 1854.

ACBM/IPDAC Pasta 97. N° 2138. Caixa 25

Carta de João Antônio Pinto da Silva ao Presidente da Província relatando os fatos ocorridos durante a expedição implementada pela **Diretoria Geral de Índios**.

Obs. Documento não localizado na Pasta.

Campo do rio Jacuri, 14 de setembro de 1854.

Instituto de Pesquisas D. Aquino Correa

República

ACBM/IPDAC Pasta 106. N° 71. Caixa 27

Ofício de Joaquim José Ferreira da Silva ao Presidente do Estado informando-o sobre a insuficiência da ração distribuída entre os **índios que habitam a Colônia Teresa Cristina**.

Cuiabá, 28 de outubro de 1892.

ACBM/IPDAC Pasta 106. N° 697. Caixa 27

Ofício do Presidente do Estado, Manuel José Murtinho, ao Inspetor do Tesouro do Estado informando sobre tabela de distribuição de rações entre os **índios da Colônia Teresa Cristina**.

Cuiabá, 9 de novembro de 1892.

ACBM/IPDAC Pasta 162. N° 1360. Caixa 40

Carta de D. Carlos para o Presidente do Estado Cel. Antônio Pedro Alves de Barros comentando sobre uma possível nomeação do Pe. João Batista Parissier para direção dos **índios entre os Rios Tapajós e o Madeira**.

Cuiabá, 24 de janeiro de 1902.

ACBM/IPDAC Pasta 162. N° 127. Caixa 40

Carta de Manoel para o convento dos RRPP Franciscanos, capuchinhos da capela de N. Sra. Auxiliadora, comunicando que veio do Maranhão um reverendo para sindicat o caso do massacre feito por **índios** e que causou grande comoção.

Belém, 14 de janeiro de 1909.

Arquivo Ramiro Noronha

ACBM/ARN. Pasta 1. N° 2

Apontamentos das despesas avulsas feitas pela Comissão das Linhas Telegráficas e pelo **Serviço de Proteção ao Índio** nos acampamentos e nas estradas de Cuiabá, Três Barras, Diamantino, rio Arinos e Paranatinga.

Cuiabá, 1919, julho/agosto

ACBM/ARN. Pasta 1. N° 3

Apontamentos sobre o reconhecimento da Estrada de Cuiabá a Barra do Bugres, voltando pelo Vale do Pojuba, passando pelas cabeceiras do Bananal, Sete Lagoas Fechadas e Rosário Oeste, e ainda sobre a fundação de um posto para os **índios da Colônia Tereza Cristina**.

Cuiabá, 1920, maio

ACBM/ARN. Pasta 1. N° 4

Inventário do material existente no **Posto Indígena Bakairi**, acompanhado de um glossário. Cuiabá, 1919, novembro

ACBM/ARN. Pasta 1. N° 4

Inventário do material existente no **Posto Indígena Bakairi**, acompanhado de um glossário. Esse posto foi fundado para facilitar a exploração do rio Coluene, próximo à confluência do rio Curizevu, formadores do Xingu.

Cuiabá, s/d.

ACBM/ARN. Pasta 1. N° 6

Apontamentos da viagem de Cuiabá a Paranatinga, do Posto Indígena de atração dos **Cayabi**, denominado Pedro Dantas, situado na margem esquerda do rio Paranatinga, não muito distante do rio Verde. Contém ainda anotações referentes ao Posto Indígena Simões Lopes, habitado pelos índios Bakairi, situado na margem direita do rio Paranatinga. Em anexo, um glossário e croqui da localização dos citados Postos Indígenas.

Cuiabá, 1926, 13 de julho

ACBM/ARN. Pasta 1. N° 7

Relação dos suprimentos necessários ao **Posto Bakairi**, assim como anotação dos adiantamentos feitos em dinheiro para os componentes da expedição e relação dos recibos cedidos no Vale do Pojuba e de Cuiabá, Sete Lagoas e Rosário Oeste.

Cuiabá, S/data

ACBM/ARN. Pasta 1. N° 9

Apontamentos do Posto Indígena Simões Lopes, habitado pelos **índios Bakairi**, incluindo descrição dos postos e funcionários do SPI, medição de lotes de terra junto ao Ribeirão dos Caiapó, localização de outros terrenos situados entre as cabeceiras dos rios Taquari e São Lourenço, assim como dos Paraná e Paranaíba.

Cuiabá, 1922, janeiro

ACBM/ARN. Pasta 1. N° 12

Apontamentos da descoberta e exploração do rio Coluene, principal formador do Xingu, a partir do reconhecimento e verificação do divisor Arinos-Paranatinga, partindo da povoação de Chapada, passando pelos principais formadores do rio Manso, do Cuiabá, até a região onde foram demarcadas as terras para a fundação de um **Posto de Índios Bakairi** que, posteriormente, foi crismado com o nome de Simões Lopes, em homenagem ao ex-Ministro da Agricultura.

Cuiabá, 1920

ACBM/ARN. Pasta 1. N° 13

Apontamentos das despesas feitas com empregados do Posto Indígena Simões Lopes, habitado pelos **índios Bakairi**, incluindo ainda anotações referentes aos gastos com transporte de produtos para abastecimento do posto, de passagem com pessoal e outras despesas relativas ao reconhecimento do Cedro-Rio Novo-Estivado.

Cuiabá, 1920-1921

ACBM/ARN. Pasta 2. N° 14

Correspondência entre Ramiro Noronha e Álvaro Victorio, encarregado do Simões Lopes, habitado pelos **índios Posto Bakairi**.

Cuiabá, 1922, outubro

ACBM/ARN. Pasta 3. N° 21

Carta de Ramiro Noronha ao Coronel Raymundo Sampaio comunicando a chegada de **Rosa Bororo** que, por ter sido atacada pelos revoltosos do terceiro grupo independente Siqueira Campos, no porto Triunfo, rio São Lourenço, solicitava providências urgentes.

Cuiabá, 1926, dezembro

ACBM/ARN. Pasta 3. N° 23

Carta de Ramiro Noronha ao Comandante Raymundo Sampaio comunicando ciência do retorno de **Rosa Bororo** para o São Lourenço e colocando-se à disposição.

Cuiabá, 1926, dezembro

ACBM/ARN. Pasta 3. N° 24

Carta de Ramiro Noronha ao Dr. José Bezerra Cavalcante, Diretor do **Serviço de Proteção aos Índios**, solicitando que, por intermédio do auxiliar, Benedito Duarte, lhe seja entregue material na importância de 12\$000 (doze mil réis) a ser paga em vinte dias, no máximo. Em anexo, resposta de Benedito Duarte.

Cuiabá, 1930, fevereiro

ACBM/ARN. Pasta 3. N° 25

Recibo passado por João Gualberto da Silva a Floriano Peixoto Franco referente ao recebimento de material de construção - **Posto Indígena Simões Lopes.**

Posto Indígena Simões Lopes, agosto de 1930

ACBM/ARN. Pasta 3. N° 26

Folhas avulsas, possivelmente destacadas de um bloco de anotações, contendo apontamentos referentes às providências necessárias à construção do **Posto Indígena Simões Lopes.**

Posto Indígena Simões Lopes, 1930, março

ACBM/ARN. Pasta 3. N° 27

Folhas avulsas, possivelmente destacadas de um bloco de anotações, contendo apontamentos sobre o encontro do Cel. Fawcett com Ramiro Noronha junto ao **Posto Indígena Simões Lopes.**

Rio de Janeiro, 1943, outubro

Obs: Possivelmente esses apontamentos foram feitos a pedido do jornalista carioca Edmar Marol.

ACBM/ARN. Pasta 3. N° 28

Ofício do Secretário da Missão Salesiana, Hipolyto Cleovelon, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio solicitando auxílio para a catequese dos **índios Xavante**, nos estados de Goiás e Mato Grosso. Em anexo, um relatório da Missão relativo ao ano de 1931.

Cuiabá, junho de 1932

ACBM/ARN. Pasta 3. N° 30

Telegrama do Cel. Vasconcellos, Chefe do Serviço de Proteção aos Índios, a Ramiro Noronha comunicando o retorno oficial do Cafl. Dr. Estigarríbia aos quadros do **Serviço de Proteção aos Índios.**

Juiz de Fora (MG), 1939, junho

ACBM/ARN. Pasta 3. N° 31

Telegrama do Gal. Cândido Mariano da Silva Rondon ao Diretor da Fábrica de estojo e espoletas de artilharia, Tenente-Coronel Ramiro de Noronha comunicando que seu nome fora indicado para a Inspeção do Norte de Mato Grosso, no **Serviço de Proteção aos Índios.**

Juiz de Fora, 1939, outubro

ACBM/ARN. Pasta 3. N° 32

Fotografias dos **índios Bakairi** por ocasião das comemorações do Dia do Índio.

Posto Simões Lopes, 1946, abril

ACBM/ARN. Pasta 3, n° 33

Carta de Álvaro Duarte Monteiro a Ramiro Noronha discorrendo sobre a administração e despesas com serviços mais urgentes junto ao **Posto Bakairi** e **Posto Utiariti**, assim como queixando-se da falta de estrada.

Cuiabá, 1932, junho

ACBM/ARN. Pasta 3. N° 34

Ofício do Cel. Amílcar Armando Botelho de Magalhães, Secretário do Serviço de Proteção aos Índios, a Ramiro Noronha comunicando a remessa de cópia datilografada de um memorial enviado pelo Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa referente à posse e medição das terras dos **índios Oaié**, localizados no rio Brillhante e Ivinhema. Em anexo o memorial.

Petrópolis, 1949, maio

ACBM/ARN. Pasta 4. N° 35

Relatório enviado a Ramiro Noronha pelo Chefe do **Serviço de Proteção aos Índios** contendo informações e esclarecimentos sobre o problema indígena brasileiro e as atividades do SPI.

S/local, 1939, dezembro

ACBM/ARN. Pasta 5. N° 36

Coletânea das cópias da correspondência e relatórios diversos referentes aos principais serviços executados pelo Serviço de Proteção aos Índios durante o ano de 1928 e uma projeção para aqueles a serem executados no ano de 1929, enviadas ao Diretor do **Serviço de Proteção aos Índios**, José Bezerra Cavalcante.

Cuiabá, 1928

ACBM/ARN. Pasta 6. Doc. 37

Cópia, enviada pelo Ministro das Relações Exteriores ao **SPI**, do acórdão entre o Brasil e a Santa Sé a fim de regular a situação e funcionamento das Missões Católicas no Brasil.

Rio de Janeiro, 1941, novembro

ACBM/ARN. Pasta 6. N° 40

Cópia do Boletim n° 20 do **Serviço de Proteção aos Índios**.

Rio de Janeiro, 1937, agosto

ACBM/ARN. Pasta 7. N° 41

Conjunto de cartas de serviço emitidas por Ramiro Noronha contendo mensagens e expediente remetidos a auxiliares e companheiros do **Serviço de Proteção aos Índios**, Inspetoria de Mato Grosso, com destaque para a carta escrita a Estevão de Mendonça informando acerca das cabeceiras do rio Xingu e publicada no jornal O Mato Grosso.

Cuiabá, 1930, julho

ACBM/ARN. Pasta 7. N° 42

Ofício do Tenente-Coronel Vicente de Paula Teixeira da Fonseca Vasconcellos ao Dr. Luiz Simões Lopes relatando a estrutura do **Serviço de Proteção aos Índios**. Em anexo gráfico das verbas, carta do Pe. Alfredo Damaso e cópia do Regulamento do SPI.

Rio de Janeiro, 1939, março

ACBM/ARN. Pasta 7. N° 43

Carta do Dr. Álvaro Duarte Monteiro ao Tenente Coronel Vicente de Paula Teixeira da Fonseca Vasconcellos discorrendo sobre o **posto indígena de Perigara** e da construção da ponte sobre o rio São Manoel.

Rio de Janeiro, 1937, setembro

ACBM/ARN. Pasta 7. N° 46

Circular do **Serviço de Proteção ao Índio** comunicando que, por ordem de Cândido Mariano da Silva Rondon, estava sendo enviada, de forma impressa, um impresso com e letra do Hino Nacional na versão da língua Tupi, de autoria do Dr. Faris A. S. Michele.

Rio de Janeiro, 1951, novembro

ACBM/ARN. Pasta 7. N° 48

Cópia do ofício do Cel. Juarez do Nascimento Fernandes Távora ao chefe do governo provisório comunicando a transferência do **Serviço de Proteção aos Índios**, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para o da Guerra.

Rio de Janeiro, 1933, outubro

ACBM/ARN. Pasta 7. N° 49

Boletim Interno, n° 17, do Ministério da Agricultura - Serviço de Proteção aos Índios - discorrendo sobre a **cooperativa indígena** e as relações difíceis com o Serviço de Proteção aos Índios e sobre outros assuntos.

Rio de Janeiro, 1943, abril

ACBM/ARN. Pasta 7. N° 50

Artigo escrito por Clark Wissler, Curador-Chefe de **Antropologia**, no American Museum, intitulado O ressurgimento do americano que desaparece.

S/local, S/data

ACBM/ARN. Pasta 7. N° 51

Cópia da carta escrita pelo Pe. Francisco Malvi ao Inspetor Laudetur Christus relatando algumas notas sobre o martírio dos **missionários mortos** ao descer do rio das Mortes.

Araguaina, 1934, novembro

ACBM/ARN. Pasta 7. N° 52

Transcrição da última carta escrita pelo Pe. João Fuchs, massacrado, juntamente com o Pe. Pedro Sacilotti, comunicando sobre a situação da **Missão de Santa Terezinha** e dos dois missionários que estavam dirigindo-a.

Missão de Santa Terezinha, 1934, outubro

ACBM/ARN. Pasta 7. N° 53

Cópia da carta escrita pelo Secretário do **Serviço de Proteção aos Índios**, Dr. Amílcar Armando Botelho de Magalhães, a Luiz Guimarães Júnior, discorrendo sobre a tradução oficial da obra escrita por Theodore Roosevelt, intitulada *Trough the brazilian wilderness*.

S/local, 1945, maio

ACBM/ARN. Pasta 7. N° 55

Ofício do Secretário do **Conselho Nacional de Proteção aos Índios**, Amílcar A. Botelho de Magalhães, a Ramiro Noronha solicitando remessa de um retrato com os sobreviventes auxiliares graduados nos trabalhos das missões por ele chefiadas.

Rio de Janeiro, 1951, outubro

ACBM/ARN. Pasta 22. N° 144

Bloco de cartas de Ramiro Noronha enviadas ao Gal. Cândido Mariano da Silva Rondon e aos membros da Inspetoria do **Serviço de Proteção aos Índios**.

Rio de Janeiro, outubro de 1922

ACBM/ARN. Pasta 22. N° 151

Cópia da revista do IHGMT, ano LX, 1988, fl. 119-130, escrito por Paulo Pitaluga Costa e Silva intitulado **Relatório Fawcett**.

Cuiabá, 1987, 31 de outubro

ACBM/ARN. Pasta 15. N° 94

Jornal: Jornal do Commercio, n° 2.013, ano 16, fl. 1-2

Artigo: **Aldeia indígena do Bananal**

Autor: Editorial

Campo Grande, 26 de fevereiro de 1938

ACBM/ARN. Pasta 15. N° 96

Jornal: Gazeta de Notícias, n° 275, ano 64, fl. 2

Artigo: **Os índios de Águas Belas**

Autor: Pe. Alfredo Pinto Damasco

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1938

ACBM/ARN. Pasta 15, N° 98

Jornal: O Radical, n° 2293, ano VIII, fl. 1-2

Artigo: Para que cesse a exploração contra os **índios brasileiros**

Autor: Vicente de Paula Vasconcellos

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1939

ACBM/ARN. Pasta 15. N° 99

Jornal: O Radical, n. 2.294, ano VIII, fl. 1-2

Artigo: Submetendo os nossos **índios** à servidão desnacionalizante

Autor: Vicente de Paula Vasconcellos

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1939

ACBM/ARN. Pasta 16. Nº 100

Jornal: Correio da Manhã

Artigo: **O Serviço de Proteção aos Índios**

Autor: Editorial

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1939

ACBM/ARN. Pasta 18. Nº 194

Jornal: Jornal do Comércio, nº 3.846, ano 23, fl. 2

Artigo: **Rondon: glória da América**

Autor: Jayme F. Vasconcellos

Campo Grande, 25 de abril de 1944

ACBM/ARN. Pasta 18. Nº 107

Jornal: Jornal do Comércio, nº 3.837, ano 23, fl. 4 e 7

Artigo: Redimindo uma raça varonil votada à escravidão e ao extermínio

Autor: Nicolau B. H. Barbosa

Campo Grande, 13 de abril de 1944

ACBM/ARN. Pasta 18. Nº 112

Jornal: Diário de São Paulo, s/nº, fl. 8

Artigo: Iminente o contato definitivo da Expedição Roncador-Xingu e os ferozes **índios Xavantes**

Autor: Editorial


São Paulo, 16 de setembro de 1944

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Edvaldo de e NOGUEIRA, Margarida M. de Andrade (Orgs.). **Inventário analítico: correspondência do 2º governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso.** Universidade Federal de Mato Grosso. Vice-Reitoria/Coordenação de Cultura. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Cuiabá.
- BECK, Ingrid. **Manual e conservação de documentos.** Publicações técnicas. Ministério da Justiça. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1985.
- CATÁLOGO de verbetes dos documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Matto Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Fontes primárias para a História da Capitania de Matto Grosso. Campo Grande: Casa da Memória Arnaldo Estevão Figueiredo.
- COQUEIRO, Sonia O. (Coord.). **Povos indígenas no sul da Bahia.** Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002 (Coleção Fragmentos da História do Indigenismo, 1)
- CULTURA HOJE. **Informativo da Cultura.** Governo Federal. Ano 5, Nº 93, de 15 de setembro de 2000, p. 1.
- FREIRE, José Ribamar Bessa Freire (Coord. e red.). **Os índios em arquivos do Rio de Janeiro.** Vol. II. Rio de Janeiro: Universidade do estado do Rio de Janeiro, Departamento de Extensão, 1996.
- MONTEIRO, John Manuel (Org.). **Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros.** Acervo das capitais. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo. Universidade de São Paulo. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1994.
- MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa; BRASIL, Maria Irene. Listagem dos nomes dos povos indígenas no Brasil. **Boletim do Museu do Índio.** Rio de Janeiro: Museu do Índio. Fundação Nacional do Índio, documentação nº 8, 1998.
- NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL. **Antonio Rolim de Moura: primeiro conde de Azambuja (Correspondências).** Volume II, ° 3. Cuiabá: Imprensa Universitária, Universidade Federal de Mato Grosso, 1993 (Coleção Documentos Ibéricos, Série Capitães-gerais).
- NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL. **Antonio Rolim de Moura: correspondências.** NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO


E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL. V. IV. Cuiabá, s/d, datilografado (Coleção Documentos Ibéricos, Série Capitães-generais).

- PERARO, Maria Adenir (Coord.). **A população urbana de Cuiabá em 1890**. Cuiabá : EdUFMT, 2005.
- PERARO, Maria Adenir (Coord.). **Memória da Igreja em Mato Grosso: o arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá**: catálogo de documentos. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- RANDAZZO, Vera (Coord.). **Catálogo de documentos históricos de Mato Grosso**. Cuiabá : Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso, 1977.
- RONDINELLI, Rosely Curi. **Inventário analítico do arquivo do SPI**. Rio de Janeiro: Museu do Índio. Fundação Nacional do Índio/Fundação Biblioteca Nacional, 1995.
- RONDINELLI, Rosely Curi. **Inventário analítico do arquivo permanente do Museu do Índio**. Documentos Textuais 1950-1994. Rio de Janeiro : Museu do Índio. Fundação Nacional do Índio, 1997.
- SANTIAGO, Mônica Cristina e RIBEIRO, Ana Maria T. L. **Conservação de documentos**. Papéis avulsos 11. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Ministério da Cultura, 1994.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Preservando o patrimônio cultural: a Casa Barão de Melgaço**. Relatório Final. CNPq/Projeto Norte. Universidade Federal de Mato Grosso/IE. Rede Acervos e Coleções, Cuiabá, agosto de 2004.



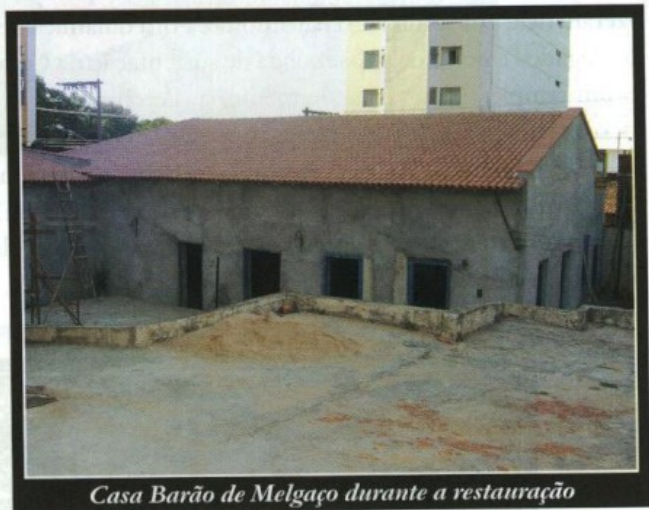
**A CASA BARÃO DE MELGAÇO
VISTA POR DENTRO**

Elizabeth Madureira Siqueira





Casa Barão de Melgaço antes da restauração



Casa Barão de Melgaço durante a restauração

Quando se adentra ao histórico imóvel, logo à soleira da porta, pode-se sentir o peso de sua tradição cultural. O busto de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, esculpido em bronze, dá as boas-vindas, do anfitrião, ao visitante.

Foi este histórico personagem que ergueu, ainda no século XVIII, sua residência, na esquina de uma das mais importantes artérias que liga o antigo córrego da

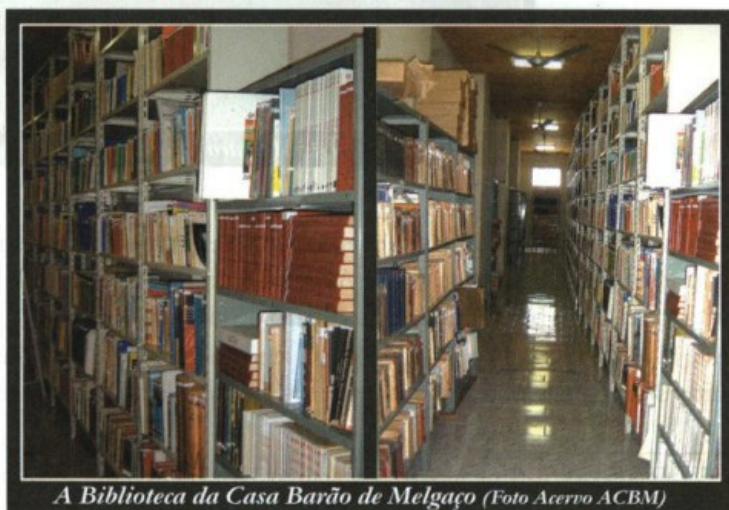
¹Historiadora, Curadora da Casa Barão de Melgaço, membro do IHGMT e da AML. Atual Coordenadora da Editora da UFMT EdUFMT.

Prainha, passando pela igreja do Senhor dos Passos, em direitura à Matriz do Senhor Bom Jesus e que, também, dá acesso ao mais antigo cemitério da capital, o da Piedade.

Duas salas convidam o visitante a percorrer as trilhas culturais e intelectuais mais antigas de Mato Grosso: do lado direito, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT - fundado em 1919 por D. Francisco de Aquino Corrêa; do esquerdo, o antigo Centro Mato-Grossense de Letras, hoje Academia Mato-Grossense de Letras - AML - fundada em 1921, sob a presidência do saudoso José Barnabé de Mesquita. Nas paredes desses aposentos, quadros dos seus administradores e sócios fundadores; no chão, o antigo piso, criação de habilidosos artesãos cuiabanos. As paredes grossas, de taipa socada, sustentam essas salas laterais, bem como o amplo salão onde, hoje, se realizam as sessões solenes e administrativas do IHGMT e da AML, mas, no passado era certamente a sala de visita do solar do Barão de Melgaço. Ao fundo, uma sala retangular guarda nos frisos da parede a arte e bom gosto bretão.

Mas, toda essa estrutura não seria por si só suficiente para externar o valor cultural do imóvel. Afinal, homens e mulheres que co-habitaram esse espaço é que fizeram dele um verdadeiro patrimônio. Foi a dinâmica de suas produções, acrescidas dos legados e projetos a base sólida de sustentação da Casa Barão de Melgaço enquanto um templo de cultura e de memória. Percorramos os demais espaços tendo por foco o secular acervo bibliográfico e documental.

A BIBLIOTECA, constituída de doações, permutas e compras, abriga cerca de dez mil volumes de obras editoradas nos séculos XIX ao XXI, tanto no Brasil quanto no exterior. Esse acervo está todo catalogado e devidamente etiquetado, em papel e em cd-rom.



A Biblioteca da Casa Barão de Melgaço (Foto Acervo ACBM)

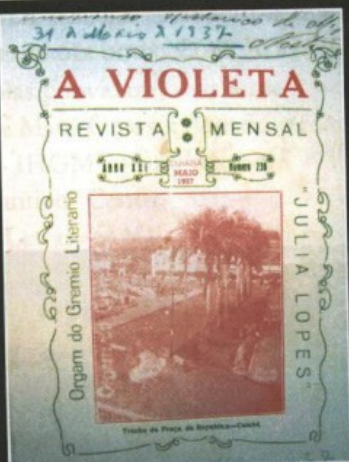
Por abrigar um acervo muito antigo, a Biblioteca da Casa Barão de Melgaço inclui muitos TÍTULOS RAROS e/ou PRECIOSOS, como são os caso dos seguintes:



Revista Brasil-Oeste, editada na primeira metade do século XX, recupera os momentos importantes da economia mato-grossense, em especial do setor agropecuário. (Foto Acervo ACBM)

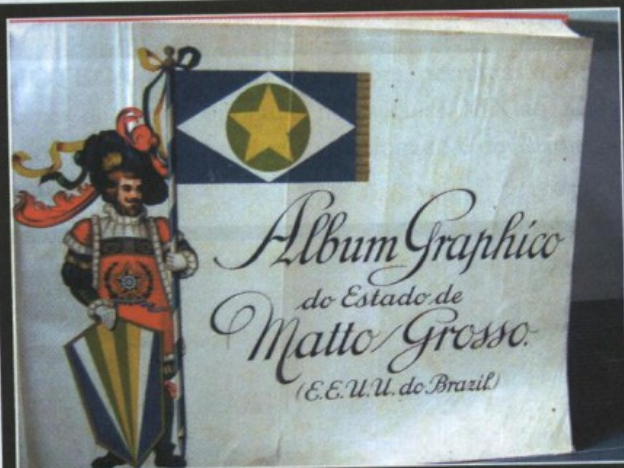


O Brasil Central - Obra escrita pelo alemão Karl von den Steinen, no século XIX. (Foto Acervo ACBM)



Revista A Violeta, uma das mais importantes fontes para estudos de gênero. De circulação de mais de 40 anos, este periódico, organizado pelo Grêmio Literário Júlia Lopes, representou um importante momento da vida literária e cultural de Mato Grosso.

(Foto Acervo ACBM)



Album Graphico do Estado de MT

Obra raríssima e preciosa, produzida em 1914 e impressa em Hamburgo (Alemanha), sob o patrocínio das principais Casas Comerciais do Estado de Mato Grosso uno. Fornece ao leitor um panorama completo e exaustivo sobre as condições econômicas, sociais, culturais e financeiras de Mato Grosso no início do século XX, constituindo-se em importante veículo de propaganda do Estado no contexto internacional. (Foto Acervo ACBM)

Ao lado dos livros, cerca de 350 títulos de Jornais foram igualmente indexados e acondicionados caixas grandes e médias, colocadas em estantes de aço. Este riquíssimo acervo de livros e periódicos tem seus títulos indexados em cd-rom, elemento facilitador das pesquisas.



Acervo dos Jornais (Foto Acervo ACBM)



Acondicionamento dos jornais (Foto Acervo ACBM)

Ao longo dos anos, a Casa Barão de Melgaço reuniu um extenso acervo de **Documentos Manuscritos e Tipográficos** que, ao lado de **Imagens Fotográficas e Pictóricas**, além do acervo **Mobiliário e de Objetos**, dão personalidade e estatuto de competência à Casa. Este conjunto documental, reunido ao longo de quase um século, está dividido em duas categorias: os **ACERVOS INSTITUCIONAIS** e os **PRIVADOS**. Os primeiros incluem papéis do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, e são compostos de várias séries documentais ordenadas cronologicamente. São livros de ata e de registro de associados, correspondência expedida e recebida, relatórios, escritos inéditos e originais de currículos, discursos e outros papéis.



*Arranjo do Acervo Fotográfico da Casa Barão de Melgaço
(Foto Acervo ACBM)*



*Acondicionamento do Acervo Fotográfico
(Foto Acervo ACBM)*

Cada fotografia recebeu uma sistêmica de catalogação capaz não só de fornecer ao pesquisador as informações sobre seu conteúdo, mas, também sobre o formato e fotógrafo, segundo modelo de ficha:

- Código:ACBM FOTO 168
- Local:Cuiabá
- Data:1940 (década de)
- Descrição da foto:Álbum fotográfico das obras oficiais edificadas em Cuiabá durante o período de governo Júlio Müller, incluindo a Residência Oficial dos Governadores, o Grande Hotel, a Estação de Tratamento de Água, o Cine Teatro Cuiabá, o Palácio da Justiça, a Secretaria Geral, o Centro de Saúde, o Quartel do 16º Batalhão de Caçadores, a Maternidade, a primeira ponte ligando Cuiabá a Várzea Grande, a Avenida Getúlio Vargas, dentre outras.
- Total de fotos: 32
- Dimensão:Comprimento: 45 cm Largura: 33 cm
- Posição:Horizontal
- Coloração:Preto/Branco
- Fotógrafo: Foto Chau





*Marechal Floriano Peixoto
Presidente da Província de MT*



*D. Francisco de Aquino Corrêa
Presidente do Estado de MT*

I - ACERVOS INSTITUCIONAIS O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

1) Criado e instalado no ano de 1919, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso é, hoje, a mais antiga instituição cultural viva de Mato Grosso. Seu primeiro Presidente foi o Bispo D. Francisco de Aquino Corrêa, que dirigiu a Instituição até o seu falecimento, em 1956.

Seu acervo documental perfaz cerca de, aproximadamente, 2.000 papéis, muitos deles encadernados por gestão, e agora ordenados por séries, de forma que o pesquisador poderá solicitar os documentos pelos seus números de referência no interior do acervo, independentemente de sua ordenação original, quando todos os papéis de uma determinada gestão se encontravam encadernados sem qualquer ordenação que pudesse facilitar a pesquisa. Optamos pela ordenar em Séries documentais por temas, por entender que seria esse um dos elementos facilitadores da pesquisa.

A ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS

Instituída em 1921, sob a denominação de Centro Mato-Grossense de Letras, transformou-se em Academia Mato-Grossense de Letras no ano de 1931. Doze foram os sócios fundadores, liderados pelo Desembargador e Literato José Barnabé de Mesquita que, tal como D. Aquino, presidiu por muitas décadas a Instituição.



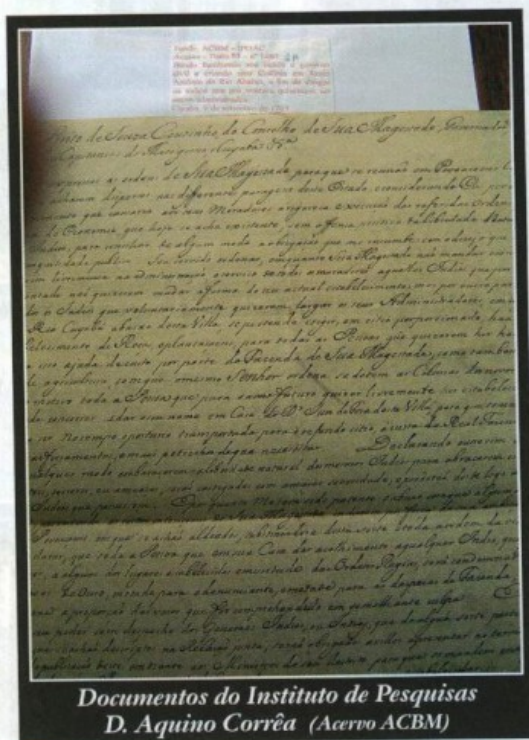
Galeria Atual dos Acadêmicos (acervo ACBM)

O INSTITUTO DE PESQUISAS DOM AQUINO CORRÊA

Ao lado deste acervo, destaca-se, ainda no fundo Acervos Institucionais, um conjunto significativo de documentos reunidos pelo antigo **Instituto de Pesquisas Dom Aquino Corrêa - IPDAC** - e zelados por anos pelos clérigos Pe. Wanir Delfino César e Pedro Cometti. Percorrendo os séculos XVIII, XIX e XX, estes papéis manuscritos, em sua maioria, são da lavra dos governantes e do clero, revelando a estreita e histórica relação da Igreja Católica com o poder político de Mato Grosso e sua importância no desenvolvimento educacional e cultural.

Pelo volume dessa documentação e sua extensão cronológica, dividimo-la pela clássica demarcação: Colônia, Império e República. Em seu interior podemos destacar: parte da correspondência dos capitães-generais; cartas de sesmarias; escritos do Pe. José Manuel de Siqueira, Professor régio de Filosofia e grande cientista, possivelmente o descobridor, no sertão oeste, da existência da quina peruviana; notícias sobre os estabelecimentos que guarneciam a fronteira oeste, com especial destaque para os Fortes de Coimbra, Príncipe da Beira e Bragança; documentos pertinentes às capelas, igrejas e também aqueles referentes à fase em que Cuiabá se transformara em Prelazia e, posteriormente, em Diocese, com especial destaque para

a documentação referente às Irmandades religiosas, dentre tantos. Por se tratar de uma documentação bastante heterogênea, tanto no que diz respeito às temáticas quanto à baliza cronológica, optamos por separá-la, inicialmente, por séculos XVIII, XIX e XX, após o quê, iniciamos a catalogação respeitando as séries e no interior delas a ordenação cronológica. Acervo de valor indiscutível, acumulou peças documentais que foram incorporadas historicamente a esse conjunto documental e assim está sendo mantido. Ao todo, o acervo é composto de 4.000 peças documentais, a maioria manuscrita.



**Documentos do Instituto de Pesquisas
D. Aquino Corrêa (Acervo ACBM)**

II - ACERVOS PRIVADOS

Outro importante filão documental da Casa Barão de Melgaço é constituído dos **ACERVOS PRIVADOS** que incluem bibliotecas, papéis avulsos, fotografias, móveis e objetos acumulados por intelectuais mato-grossenses ao longo de suas vidas e doados pelos familiares após sua morte. Dentre essas coleções, destacamos as que pertenceram a **Estevão de Mendonça e Rubens de Mendonça**, que incluem documentos pessoais dos titulares, originais de obras, além de uma expressiva série de correspondências.



Exposição de Documentos da Família Mendonça (Acervo ACBM)

Acervo doado pela Família Mendonça, através da filha de Rubens de Mendonça, Sr^a Adélia Maria Badre Mendonça de Deus

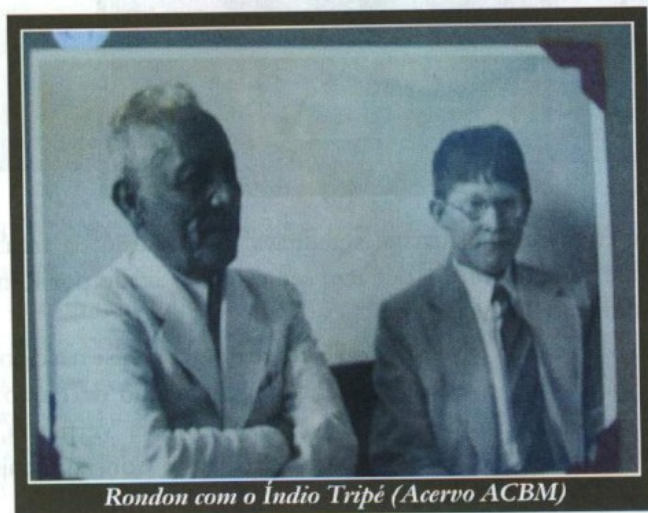


Diploma de Estevão de Mendonça (Acervo ACBM)

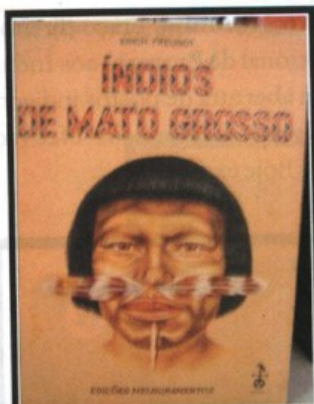
Outro acervo bastante significativo é de **Ramiro Noronha**, braço direito de Cândido Mariano da Silva Rondon junto ao Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, especialmente no que tange à abertura de postos indígenas. Uma série muito significativa diz respeito aos registros fotográficos efetivados durante estes serviços, com registro de grupos indígenas hoje extintos.



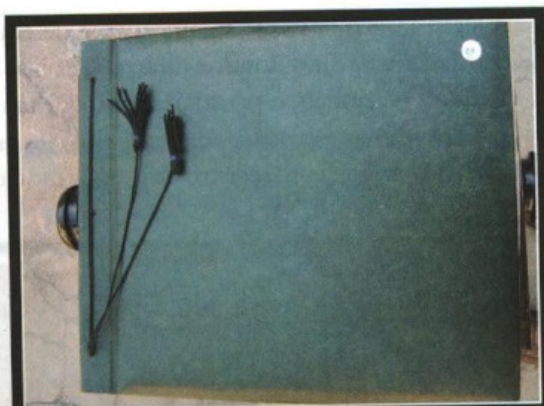
Armário e Diário Manuscrito de Ramiro Noronha (Acervo ACBM)



Rondon com o Índio Tripé (Acervo ACBM)



*Livro Índios de Mato Grosso
(Acervo ACBM)*



*Álbum fotográfico relativo aos trabalhos do SPI,
contendo 850 fotografias.*



*Rondon colocando a mão na cabeça de Tripé
(Acervo ACBM)*

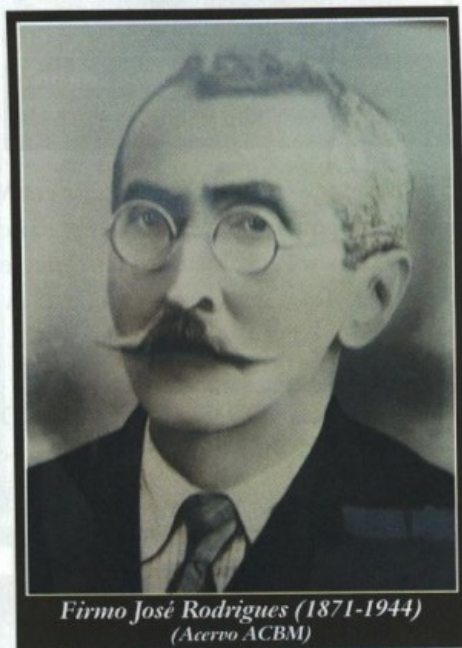
Rondon, enquanto Positivista, acreditava na evolução da raça. Por isso ele achou que “Tripé”, índio Bororo, que tem seu cabelo ajeitado por Rondon, poderia evoluir indo estudar no Rio de Janeiro.

Cândido Mariano da Silva Rondon é um mato-grossense nascido em Mimoso, região pantaneira, distrito que hoje pertence ao Município de Barão de Melgaço. Militar de carreira e estudante da Escola Militar da Praia Vermelha, teve grande influência do Mestre nacional do Positivismo, Benjamin Constant, cujos princípios foram o norte da vida e das ações de Rondon.

A maior coleção, tanto em espécime quanto em quantidade é aquele acumulado por **Firmo Rodrigues e sua filha, Maria Benedita Deschamps Rodrigues**, mais conhecida como Dunga Rodrigues. Trata-se de um acervo bastante significativo por ter pertencido a pai e filha e acumulado por mais de um século. Além disso, a família doou ao Arquivo da Casa Barão de Melgaço, no ano de 2001, que marcou o falecimento de Dunga Rodrigues, uma coleção documental que inclui a biblioteca, papéis avulsos, recortes de jornais, fotografias, móveis e muitos objetos. No conjunto destes documentos, encontramos, além dos papéis gerados pelos titulares, grande quantidade daqueles que pertenceram a seus avós, pais e tios. Por outro lado, a diversidade tipológica do acervo fornece aos pesquisadores uma gama ampla de possibilidades na compreensão e entendimento não somente da vida dos titulares, mas, sobretudo, de toda uma série de gerações.



Dunga Rodrigues (1908-2001)
(Acervo ACBM)



Firmo José Rodrigues (1871-1944)
(Acervo ACBM)

A BIBLIOTECA: constitui uma parte rara e muito preciosa do acervo da Família Rodrigues. Sua organização inclui a divisão em dois grandes grupos: o do acervo geral, constituído de obras antigas, em sua maioria esgotada, e que foram compulsadas tanto por Firmo Rodrigues, assim como por Dunga, e as áreas de conhecimento desse conjunto geral diz respeito à Filosofia, Política, História do Brasil, História Geral e Religião, dentre outras. A segunda parte da Biblioteca é composta de obras referentes a Mato Grosso, produzidas durante quase um século e que integram uma das mais expressivas coleções bibliográficas regionais. Além de



*Acervo Bibliográfico de Mato Grosso.
As obras raras mereceram encadernação.
Total de Títulos: 509*



*Acervo de Caráter Geral. Os assuntos
são variados, incluindo compêndios
escolares. Total de Títulos: 752*

consubstanciar obras raras editadas em Mato Grosso, inclui ainda álbuns e periódicos raros, a exemplo do Album Graphico de Mato Grosso e das revistas “A Violeta”, “Mato Grosso”, do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Mato-grossense de Letras. Todo acervo foi catalogado volume a volume, respeitando a entrada por autor, título, edição, local, editora e ano.

O **ACERVO FOTOGRÁFICO** é composto de uma grande variedade de imagens - 682 fotos -, foi trabalhado peça a peça, descrito com critério e precisão possível, visto que a grande maioria não possuía qualquer identificação. Uma boa



*Benedicta Alves Rodrigues
(mãe de Firmo Rodrigues)*



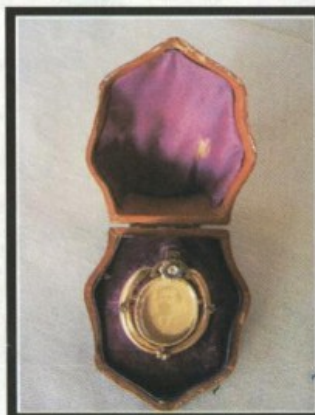
*Maria Benedita Deschamps Rodrigues
(Dunga), aos 9 anos de idade*

parte do acervo é composta de fotografias datadas do início do século XX, emolduradas em papelão decorado, sendo que a outra parte é avulsa, sem qualquer moldura especial. Pequena quantidade delas está emoldurada com contornos em madeira ou metal e, assim, foram conservadas. As temáticas são variadas: familiares, amigos, personalidades mato-grossenses e nacionais e paisagens do Brasil e do exterior.

O MOBILIÁRIO E OS OBJETOS: os móveis e objetos incorporados ao acervo da Família Rodrigues é um dos mais expressivos da cultura material de Mato Grosso, especialmente da cuiabana. Os móveis e as peças documentais mereceram restauração e/ou limpeza e peça a peça foi catalogada e devidamente numerada.



Bolsas que pertenceram a Dunga Rodrigues



Jóia confeccionada em ouro maciço e brilhantes ovalada e contendo a fotografia do avô materno de Dunga Rodrigues.

Essa jóia foi guardada por, no mínimo, três gerações. Foi originalmente colocada neste estojo confeccionado em madeira e forrado de cetim roxo.



Caixas de Madeira e Metal (Acervo ACBM)



Mobiliário restaurado (Acervo ACBM)

Os **PAPÉIS AVULSOS** constituem a parte mais expressiva do acervo, seja pelo volume (quase 9.000, sendo 7.000 de Dunga e 2.000 de Firmo) ou pelas informações de que são possuidores. Integram o acervo: correspondência (cartas, cartões, bilhetes, telegramas), cartões pessoais, documentos pessoais e familiares (diplomas, certificados), produção intelectual (textos já publicados e inéditos, diários de viagem, anotações avulsas), transações comerciais e financeiras (cheques, notas fiscais, recibos) etc. O seu arranjo se deu através da separação dos papéis ordenados nos seguintes Grupos:

GRUPO 1 - ATUAÇÃO PROFISSIONAL - AT

GRUPO 2 - DOCUMENTOS DE FAMÍLIA - DF

GRUPO 3 - DOCUMENTOS PESSOAIS - PI

GRUPO 4 - FORMAÇÃO INTELLECTUAL - FI

GRUPO 5 - PRODUÇÃO INTELLECTUAL - PI

GRUPO 6 - RELAÇÕES FAMILIARES - RF

GRUPO 7 - RELAÇÕES SOCIAIS - RS

GRUPO 8 - TRANSAÇÕES COMERCIAIS E FINANCEIRAS - TCF

GRUPO 9 - UNIVERSO DE INTERESSE - UI

GRUPO 10 - SEM VÍNCULO APARENTE - SVA



Cartões Postais do início do séc. XX



*Documentos Pessoais
Carteira de Trabalho pertencente a Firmo Rodrigues (capa e página de rosto)*



Disposição dos papéis avulsos em caixas-arquivo separadas por Grupos e ordenadas numericamente

Finalizamos este artigo sobrelevando a estreita e inseparável relação entre o patrimônio arquitetônico e o patrimônio cultural da Casa Barão de Melgaço que, juntos, fazem da antiga residência de Augusto Leverger e, hoje, sede do IHGMT e da AML, um dos mais importantes Centros de Cultura e Pesquisa de Mato Grosso.

Para registrar o momento da entrega da Casa Barão de Melgaço restaurada, uma importante publicação foi feita, dentro do projeto Memória de Restauração 1, intitulado “Casa Barão de Melgaço (sede do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Academia Mato-Grossense de Letras)”. Trata-se de um material que recupera todas as fases do restauro deste histórico imóvel, desde a assinatura do projeto de Revitalização do Centro Histórico de Cuiabá, as principais edificações restauradas, e os momentos mais significativos dos trabalhos de recuperação do patrimônio da Casa Barão de Melgaço, incluindo fotografias, desenhos e plantas. Ricamente ilustrado, sua direção editorial coube ao jornalista Weller Marcos que contou com uma equipe de preparação e composição dos textos (Leilla Borges de Lacerda, Lila Maria de Souza Parisi Morbeck, e o próprio Weller Marcos), contando também com a participação de Rosalvo Gonzales Giugni Filho, Rogner Azambuja Posca Giugni, Luz Marina Dias Tapia, Rainer Azambuja Posca Giugni, Moacyr Freitas, Edmilson Aguiar, Guilherme Filho, Ivan Moreira de Almeida, Júlio Rocha e Marcos Bergamasco.



Revista publicada com recursos do Governo do Estado de Mato Grosso,
através da Lei de Incentivo à Cultura

